

**Comissão Parlamentar de Inquérito à Celebração de Contratos
de Gestão de Risco Financeiro por Empresas do Sector Público**

27.^a Reunião
(12 de setembro de 2013)

SUMÁRIO

O Sr. Presidente (Jorge Lacão) deu início à reunião às 15 horas e 40 minutos.

Após uma intervenção inicial, os Srs. Eng.º Francisco José Cardoso dos Reis (ex-Presidente do Conselho de Administração do Metropolitano de Lisboa, no período de 18 de junho de 2010 a 22 de agosto de 2012) e Dr. Luís Ribeiro (ex-Administrador Financeiro do Conselho de Administração do Metropolitano de Lisboa, no período de 18 de junho de 2010 a 22 de agosto de 2012) prestaram esclarecimentos aos Srs. Deputados Mariana Mortágua (BE), Afonso Oliveira (PSD), Filipe Neto Brandão e João Galamba (PS), Cecília Meireles (CDS-PP) e Paulo Sá (PCP).

O Sr. Presidente encerrou a reunião eram 18 horas e 26 minutos.

O Sr. Presidente (Jorge Lacão): — Srs. Deputados, está aberta a reunião.

Eram 15 horas e 40 minutos.

Srs. Deputados, vamos dar início aos nossos trabalhos. Temos connosco para esta audição o Sr. Eng.º Francisco José Cardoso dos Reis, ex-Presidente do Conselho de Administração do Metropolitano de Lisboa, que é acompanhado pelo Sr. Dr. Luís Ribeiro, enquanto ex-Administrador Financeiro do Conselho de Administração do Metropolitano de Lisboa, ambos no período de 18 de junho de 2010 a 22 de agosto de 2012 — se não for exatamente assim, o Sr. Engenheiro corrigir-me-á.

Dou-lhes as boas vindas à nossa Comissão, em nome de todos os Srs. Deputados e em meu próprio nome, e agradeço a vossa disponibilidade para estarem aqui connosco desde o primeiro momento em que vos propusemos esta reunião. Já estou informado de que o Sr. Eng.º Francisco José Cardoso dos Reis deseja fazer uma declaração inicial. Vamos, então, começar precisamente por essa declaração, a que se seguirá a ronda de perguntas.

Tem a palavra, Sr. Engenheiro.

O Sr. Eng.º Francisco José Cardoso dos Reis (ex-Presidente do Conselho de Administração do Metropolitano de Lisboa): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

De facto, sendo eu engenheiro, estou ladeado pelo Sr. Dr. Luís Ribeiro, que me ajudará nas questões mais técnicas.

Esta minha intervenção inicial servirá para enquadrar a discussão que posteriormente ocorrerá.

Senhor Presidente, Senhores Deputados: Quero, em primeiro lugar, saudar todos os presentes e manifestar o meu desejo e expectativa de que os trabalhos que vêm sendo desenvolvidos por esta Comissão permitam esclarecer toda esta controversa e complexa matéria de forma transparente, objetiva e contextualizada, o que considero deveras importante sob pena de se subverter a realidade e de se correr o risco de retirar conclusões incorretas e injustas, perdendo a oportunidade de melhorar práticas.

Esta minha expectativa tem naturalmente que ver com a exigência democrática e ética, tão característica do ideal republicano, de não penalizar, culpabilizar e julgar sumariamente na praça pública pessoas que tudo deram e tudo fizeram para defender o interesse e os dinheiros públicos em contexto muito particular de atuação. Atuação esta quantas vezes contando exclusivamente com a sua iniciativa, ou a sua determinação, na defesa das empresas públicas de que eram responsáveis e na criação de condições operacionais e financeiras que permitissem o cumprimento das suas obrigações estatutárias.

Trata-se, por isso, também, de uma questão de defesa da honra e da nossa dignidade pessoal e profissional. Dezenas de anos de dedicação em exclusividade à causa pública e de resultados sistematicamente positivos, muitos deles de enorme relevância económica, social e financeira para o Estado e para os cidadãos, não podem ser alienados, ou subvertidos, por suspeições sem sentido, por conclusões distorcidas e parcelares, ou por subliminares acusações de uma pretensa gestão menos rigorosa, em matéria como aquela que estamos a tratar nesta audição.

Esta declaração inicial tem um claro propósito de afirmar, junto de VV. Ex.^{as} que a nossa postura de gestão na empresa Metropolitano de Lisboa (ML) teve sempre presente, de forma inequívoca, a defesa dos dinheiros e do interesse públicos, não obstante os constrangimentos,

enquadramento e relações de força entre protagonistas, sendo certo que a fragilidade da empresa ditou um agravamento progressivo da sua capacidade negocial face aos mercados financeiros e às respetivas exigências, em particular a partir de finais de 2010.

Igualmente será de relevar que todas as decisões que tomámos sobre instrumentos de gestão de risco financeiro (IGRF's), ao longo dos cerca de dois anos de mandato que tivemos, foram aprovadas por unanimidade do coletivo do Conselho de Administração (CA), de forma crítica e informada, tendo como base informações técnicas de suporte oriundas da área financeira, que eram complementadas com a contribuição adicional de consultoria externa especializada.

Gostaria ainda de esclarecer previamente VV. Ex.^{as} de que nesta minha exposição me concentrarei factualmente na atuação desenvolvida pelo nosso CA, de forma afirmativa e esclarecedora, não emitindo qualquer juízo de valor ou apreciação sobre o trabalho desenvolvido pelos nossos antecessores.

Vejamos, agora, em termos gerais, o enquadramento real que a nossa gestão encontrou na empresa e que reflete, necessariamente, as opções estratégicas de dezenas de anos de políticas públicas sucessivamente legitimadas.

Começaria por me socorrer de um excerto do Relatório da Comissão de Fiscalização do ML, relativamente ao primeiro semestre do ano de 2011, onde se pode ler: «(...) na presente situação, e como temos vindo a alertar, a manutenção da responsabilidade dos investimentos na rede pela empresa, atuando por conta do Estado, e do correspondente e respetivo financiamento com recurso sistemático a passivo remunerado, afigura-se insustentável no médio prazo e até no imediato, quer pelos elevados custos

do mesmo, quer pela grande dificuldade ou impossibilidade de, na atual conjuntura, a empresa aceder ao mercado de crédito.

Também, por outro lado, mais uma vez se coloca a necessidade de definição de um modelo claro de compensação da empresa, por parte do Estado, pelos serviços de utilidade pública por esta prestados, em função do custo de tais serviços (...).».

Repesco, de seguida, um excerto do Relatório de Auditoria do Tribunal de Contas à atividade do ML no período de 2003 a 2007 (Relatório de Auditoria n.º 07/2010, de fevereiro de 2010), que diz o seguinte: «Há mais de sete anos que o Estado mantém por realizar o aumento do capital estatutário que o mesmo determinou por Despacho Conjunto, em 13 de dezembro de 2001, remanescendo por realizar o montante de 30,1 milhões de euros.» e continua o Relatório: «Em 2007, o Metropolitano de Lisboa registava um resultado líquido de exploração (RLE) de 144 milhões de euros negativos, que, embora revele ligeira melhoria face aos anos anteriores, colocava a empresa numa situação grave e preocupante.

Aqueles resultados negativos são produto da manutenção de um nível de financiamento elevado para suportar o défice de exploração e a execução do seu programa de investimentos na expansão da rede, do desequilibrado critério de repartição da receita e dos atrasos verificados no recebimento de apoios devidos pelo Estado.»

E dizia ainda o relatório: «Os indicadores evidenciam a situação económica e financeira deficitária do Metropolitano de Lisboa, com rentabilidade negativa do seu ativo, fortemente dependente dos seus credores e, sobretudo, do endividamento bancário para financiar os seus investimentos em ILD's, a sua operação e, ainda, para a amortização de empréstimos vencidos.»

Repesco, por último, um excerto da minha mensagem constante do Relatório e Contas do ML relativo ao exercício de 2011. Dizia-se aí o seguinte: «Como todos temos consciência, nomeadamente pelos reflexos evidenciados no nosso dia-a-dia, o ano de 2011 foi um ano de recessão ou de redução do crescimento económico, de forma generalizada, se bem que com maior relevo nos países europeus, sendo que no caso de Portugal a situação se apresentou especialmente gravosa face às fragilidades estruturais acumuladas pelo país, as quais o deixaram vulnerável à pressão especulativa dos mercados financeiros, e que foi amplificada por uma atitude algo peculiar das agências de *rating*, cujas consequências globais potenciaram a difícil situação da dívida soberana e as dificuldades das empresas (...).

Naturalmente que consequência deste enquadramento e da pretensa fragilidade da empresa que as agências foram identificando e agravando, a qual não podemos deixar de considerar induzida (provocada e amplificada), a que teremos de associar a situação nunca resolvida da sua dívida histórica, o ML não ficou incólume e foi penalizado de forma inaceitável, desde logo, pela dificuldade crescente criada na obtenção de crédito e nas elevadas (especulativas) taxas de juro que nos foram propostas para podermos cumprir com as responsabilidades financeiras da empresa.»

Atente-se na difícil situação de pressão financeira que tivemos de combater.

Após esta nota introdutória, que não poderia deixar de ser feita para perceber o enquadramento que tivemos de enfrentar e passando à abordagem da matéria específica dos instrumentos de gestão de risco financeiro, considero importante clarificar e delimitar, logo à partida, a atuação e responsabilidades do nosso Conselho de Administração no que respeita à gestão da carteira destes instrumentos.

No período de sensivelmente dois anos em que tivemos responsabilidades de gestão no ML, mais concretamente de junho de 2010 a agosto de 2012, não se realizou qualquer contratação de novas operações de IGRF's.

As ações desenvolvidas na gestão do conjunto de contratos existentes, quando tal foi possível, foram unicamente as necessárias para garantir a redução do risco da carteira, num contexto negocial muito difícil e onde, em situações várias as contrapartes dispunham de condições para exercer cláusulas de vencimento antecipado constantes das operações que se encontravam em curso.

À data da nossa tomada de posse, o *portfolio* de IGRF's do Metropolitano de Lisboa era composto por 75 contratos (incluindo reestruturações), incidindo sobre um capital nominal de 5,353 M€, e com as características que VV. Ex.^{as} conhecerão do relatório do IGCP, o qual, verdade seja dita, nós não tivemos o privilégio de conhecer.

O *mark-to-market* (MtM) a carteira, no final do primeiro semestre de 2010, era de —371 M€, de acordo com o critério de avaliação seguido pelo consultor externo que procedia a essa avaliação.

Esta carteira incluía, como é sabido de todos:

- Uma significativa diversidade de indexantes;
- Uma parcela importante de índices proprietários cuja valorização e negociação só poderia ser efetuada com os bancos que comercializaram essas operações;
- Um volume importante de operações sobrepostas, que tornavam qualquer atuação pontual mais complexa;
- Operações com memória e/ou com um *gearing* elevado, e com uma elevada sensibilidade a determinados patamares de taxa de juro;

1/3 dos contratos incluía *triggers* de *rating* ou *ownership*, com cláusulas de vencimento antecipado.

Este retrato foi transmitido à tutela setorial em agosto de 2010 (aproximadamente um mês após a nossa entrada em funções), numa reunião em que foi efetuado um ponto de situação global da empresa, incluindo uma apresentação específica sobre o *portfolio* de derivados e sobre os riscos já identificados. Nessa mesma reunião e sobre esta matéria foram apresentadas e por nós preconizadas as seguintes linhas de atuação:

- Sempre que houver oportunidade, reduzir o risco;
- Sempre que possível trocar operações que envolvam índices proprietários;
- Evitar a tentação de adiar um potencial problema adicionando risco nos *cash-flows* futuros;
- Acompanhar e mensurar de perto as operações que a dada altura representassem maior risco. Fazer testes de sensibilidade à evolução das barreiras destas operações para se ter ideia do potencial impacto de um movimento adverso.

Estes princípios foram objeto de acordo genérico por parte da tutela sectorial e, naturalmente, implementados.

Aqui chegados, será o momento para corrigir uma informação, ou uma ideia, que tem sido veiculada nos órgãos de comunicação social de forma menos correta. Esta correção prende-se com a necessidade de clarificar a quem pertenceu a iniciativa de promover a caracterização da carteira de derivados da empresa Metropolitano de Lisboa desenvolvida pela Morgan Stanley.

Contrariamente ao que se poderá depreender da leitura de alguma notícias veiculadas pela comunicação social, a iniciativa da contratação deste estudo partiu do Conselho de Administração do Metropolitano de

Lisboa, que considerou essencial efetuar esta análise agregada, na medida em que, embora existisse informação sobre cada uma das operações individualmente consideradas, não existia informação sobre o comportamento do *portfolio* no seu todo, nem análises de sensibilidade do impacto de movimentos dos indexantes sobre esse conjunto de posições.

O estudo em causa foi desenvolvido a partir de setembro de 2010, tendo para o efeito sido ponderadas, na altura, duas alternativas de contratação, a saber: a Morgan Stanley e a StormHarbour. Como é público, a escolha recaiu sobre a primeira.

É em sequência da conclusão deste levantamento que se realiza uma reunião no Ministério das Finanças, em novembro de 2010, a nosso pedido, onde é apresentado pela Morgan Stanley o trabalho desenvolvido e que, inclusivamente, já foi descrito na comunicação social. Nesse trabalho preconiza-se uma estratégia de atuação adequada à gestão da carteira de derivados do ML, nele se suscitando o interesse de um maior envolvimento do Ministério das Finanças, em particular do IGCP, no acompanhamento e apoio à empresa nesta matéria.

Em termos gerais, essa estratégia passava pela adoção, sempre que possível, de uma política conservadora de redução de risco, de minimização dos encargos estimados e de redução de exposição a indexantes não diretamente relacionados com o passivo remunerado da empresa ou índices proprietários das contrapartes, a qual, dada a sua adequação à situação em presença não teve reparos por parte do Ministério das Finanças.

Foi, pois, essa a orientação estratégica seguida pelo Conselho de Administração do ML relativamente a este tipo de instrumentos, tanto mais que lhe era muito difícil avançar de forma mais incisiva, dada a sua crescente fragilidade negocial.

De seguida, farei uma descrição mais detalhada da nossa atuação.

No final de 2010 e especialmente ao longo do primeiro trimestre de 2011, a empresa foi alvo de diversos cortes do seu *rating*, que considerámos desajustados e agressivos, facto que deu a um conjunto significativo dos bancos contrapartes destas operações os fundamentos contratuais para exigirem a *early termination* das suas posições. Isto sucedeu precisamente numa altura em que o ML não dispunha de recursos financeiros próprios ou do apoio do Orçamento do Estado para fazer face a essas responsabilidades acrescidas.

Os cortes de *rating* efetuados pela S&P ao ML foram os seguintes:

- Em 3/12/2010 de BBB+ para BBB (com Watch negativo);
- Em 4/3/2011 de BBB para BB *Non-Investment Grade* (com Watch negativo);
- 31/3/2011 de BB para B+ (com Watch negativo).

Foi neste enquadramento extremamente complexo e de evolução crescentemente restritiva que o ML acedeu a reestruturar/substituir algumas operações, sempre após avaliação do impacto financeiro estimado das mesmas e à luz dos vetores de atuação acima identificados

2 —

O Sr. Eng.º Francisco José Cardoso dos Reis: — (...)

Foi neste enquadramento extremamente complexo e de evolução crescentemente restritiva que o ML acedeu a reestruturar/substituir algumas operações, sempre após avaliação do impacto financeiro estimado das mesmas e à luz dos vetores de atuação acima identificados — redução do risco / aumento da transparência / minimização do impacto sobre a tesouraria da empresa.

Todas as operações de reestruturação/substituição concretizadas diziam respeito a operações pré-existentes, que já acumulavam, à data da reestruturação, um MtM negativo apreciável, e foram objeto de avaliação positiva sobre a sua adequação aos objetivos traçados por parte do consultor externo IMF e do parecer interno favorável da área financeira da empresa.

Em termos gerais foram efetuadas as seguintes tipologias de operações:

- Duas operações de cessão da posição contratual na sequência de execução de uma *early termination option* pela contraparte, onde foi possível alcançar uma redução significativa do respetivo risco;

- Dez operações de reestruturação, também com diminuição de risco, uma delas já terminada;

- Uma operação de renovação, de forma a evitar o pagamento antecipado do justo valor à contraparte, iniciativa desenvolvida em articulação estreita com o IGCP.

Como conclusões mais relevantes sobre o que venho referindo, destacarei:

- O trabalho desenvolvido pelo Conselho de Administração que integrámos caracterizou-se por implementar políticas de defesa intransigente do serviço público de transporte, de forma consistente, rigorosa e tecnicamente sustentada, das quais a gestão financeira não foi mais do que uma das suas componentes;

- Esta gestão permitiu alcançar resultados dignos de referência, nas vertentes de nossa competência e que dominávamos, facto evidenciado pelos resultados de 2011, sendo certo que os referentes a 2012 são ainda mais positivos em algumas vertentes.

Os resultados de 2011 mais relevantes, que evidenciarei, são:

- Aumento das receitas específicas do serviço comercial em cerca de 6,8%, bem como dos rendimentos operacionais da empresa em 18,7%;
- Redução dos gastos operacionais em cerca de 3,9 milhões de euros, que acrescem à redução de 15,6 milhões de euros, obtida em 2010;
- Superação da meta estabelecida pelo Governo de redução em 2011 dos gastos operacionais em 15%, quando comparados com o ano de 2009 (em bases comparáveis);
- Melhoria do comportamento da vertente operacional, que registou uma variação positiva de 26,4%, o equivalente a 25,3 milhões de euros;
- Melhoria do nosso indicador vendas/efetivo em cerca de 8%;
- Aumento da taxa de cobertura dos gastos operacionais globais pelos rendimentos em mais de 11,4%, que evoluiu para 65,8% e que teve, igualmente, evolução também muito positiva no ano de 2012;
- O valor acrescentado bruto (VAB) apresentou uma evolução 39,4%, situando-se nos 77,7 milhões de euros;
- O EBITDA ajustado evoluiu de forma positiva, para +4,6 milhões de euros, pela primeira vez na história recente da empresa, estimando-se que em 2012 se alcançasse um valor perto dos 30 milhões de euros.

No que concerne à carteira de IGRF's e como conclusão geral, reafirmo aquilo que já foi dito: este Conselho de Administração não efetuou qualquer contratação de novas operações. Deparámo-nos, no entanto, produto das circunstâncias e do contexto que os nossos antecessores já terão explicado a VV. Ex.^{as} com uma carteira complexa e com um significativo nível de risco embutido nos contratos já existentes sobre a qual:

- Foi efetuada uma caracterização sistemática de cada uma das operações e do seu comportamento enquanto conjunto, a qual foi objeto de exposição às tutelas;

- Foram adotadas e implementadas pelo Conselho de Administração diretrizes de atuação no sentido da redução do risco, nomeadamente através da saída de operações sobre indexantes não diretamente relacionados com a dívida da empresa, ou de índices proprietários;

- Mesmo num quadro negocial progressivamente mais difícil, e marcado pelo direito das contrapartes ao exercício das opções de *early termination* das operações, foi possível implementar esta estratégia, de forma controlada;

- Foi sempre assegurada a transmissão da informação periódica exigida sobre a matéria pelo Ministério das Finanças e todo o detalhe dos IGRF's ativos na empresa consta, de forma explícita e discriminada, nos relatórios e contas do Metro de Lisboa, evidenciando de forma totalmente transparente a respetiva realidade objetiva.

Por tudo o que fizemos e que está formalmente evidenciado de forma documental, estamos profundamente convencidos de que o nosso Conselho de Administração agiu com o rigor, o profissionalismo, o zelo e a diligência que lhe competia na salvaguarda do interesse e dos dinheiros públicos, pelo que rejeitamos liminarmente qualquer conclusão em contrário.

Por tudo o que atrás enunciámos, acredito firmemente que também VV. Ex.^{as} não deixarão de partilhar desta nossa convicção.

Muito obrigado pela atenção dispensada.

O Sr. Presidente: — Agradeço-lhe também, Sr. Eng.º Cardoso dos Reis.

Vamos agora dar a palavra aos Srs. Deputados, começando pela Sr.^a Deputada Mariana Mortágua.

A Sr.^a Mariana Mortágua (BE): — Muito obrigada, Sr. Presidente.

Antes de mais, quero dar as boas tardes ao Sr. Eng.º Cardoso dos Reis e ao Sr. Dr. Luís Ribeiro.

Começo por fazer umas perguntas relacionadas com um dos objetivos desta Comissão que diz respeito à forma como este problema foi sendo tratado pelas diversas tutelas.

Portanto, começo pelas questões mais básicas, nomeadamente por tentar perceber que contactos foram sendo feitos desde que entrou para a administração do Metro de Lisboa com a tutela, que informações específicas foram prestadas acerca de *swaps*... Pelo que sei, estavam sempre refletidas no relatório e contas, mas sempre ao valor de mercado? Para além disto, havia informação adicional sobre os *swaps*? E deram sempre informação à tutela sobre os novos *swaps* que contrataram, ao abrigo do Despacho de 2009, que exigia isso mesmo?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Engenheiro.

O Sr. Eng.º Francisco José Cardoso dos Reis: — Relativamente aos contactos com as tutelas, já o referi: tivemos contactos com as tutelas de ambos os Governos em que foram transmitidas informações.

Para além da informação dada verbal e presencialmente às tutelas, era dada a informação periódica que decorre do cumprimento dos despachos, quer do despacho do Dr. Costa Pina, quer de toda a prática que existia — se bem me recordo, desde 2008 — de informar sobre a contratação deste tipo de produtos. Mas o Sr. Dr. Luís Ribeiro poderá, posteriormente, ser mais preciso, mas a convicção que temos é a de que dávamos a informação necessária e íamos para além da informação necessária ou que era exigida.

Portanto, houve sempre uma preocupação de transmitir a máxima informação com rigor e isso ocorreu com todas as tutelas e houve uma colaboração, tal como eu disse anteriormente, e uma receptividade clara às propostas que nós enunciávamos no sentido da estratégia de tratamento dos instrumentos de gestão de risco financeiro.

Penso que terei respondido à generalidade das questões, mas pedia ao Sr. Presidente que desse a palavra ao Sr. Dr. Luís Ribeiro para as de mais pormenor.

O Sr. Presidente: — Com certeza.

Tem a palavra o Sr. Dr. Luís Ribeiro.

O Sr. Dr. Luís Ribeiro (ex-Administrador Financeiro do Conselho de Administração do Metro de Lisboa): — Muito obrigado.

Durante o nosso mandato foi efetivamente prestada de uma forma regular toda a informação que a própria Direção-Geral do Tesouro e Finanças começou a recolher a partir, salvo erro, do primeiro trimestre de 2011. Para além disso, houve contactos pontuais dadas as características do próprio *portfolio*. Foi já referido que fizemos uma primeira reunião com a tutela técnica logo em agosto de 2010e, mais tarde, a apresentação de um estudo sobre a carteira efetuado pela Morgan Stanley em novembro do mesmo ano. A partir daí começaram a existir contactos regulares com a Direção-Geral do Tesouro e Finanças sobre a evolução da mesma.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra a Sr.^a Deputada Mariana Mortágua.

A Sr.^a Mariana Mortágua (BE): — Posso então concluir — e corrija-me se eu estiver errada — que desde que entrou para a administração do Metropolitano de Lisboa a tutela, quanto mais não seja ao abrigo do despacho de 2009, estava informada dos *swaps* que eram contratados e do seu valor de mercado, ou seja, do justo valor da carteira de derivados da Metro de Lisboa?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Eng.º Cardoso dos Reis.

O Sr. Eng.º Francisco José Cardoso dos Reis: — Não só a tutela, Sr.^a Deputada. Todas as pessoas, inclusivamente os Srs. Deputados. Bastava consultar o relatório e contas do Metropolitano de Lisboa para ter a discriminação dos *swaps* contratados. Portanto, era público.

Faz-me alguma confusão, quantas vezes, ouvir citar o desconhecimento da situação... Recordo-me de o *Expresso* tratar esta matéria no início de 2010!... Falou sobre várias empresas públicas... Portanto, já no início de 2010 era público que havia uma questão relacionada com os instrumentos de gestão de risco financeiro. Toda a gente sabia!

Não é mais do que a confirmação daquilo que todo o cidadão... Ainda hoje fui à *Internet* consultar o relatório e contas do Metropolitano de Lisboa — todos nós podemos fazê-lo — e nos anexos está lá a caracterização desses produtos. Portanto, a sua visualização e perceção estão acessíveis a toda a gente. Qualquer informação mais técnica e detalhada, obviamente, seria dada de forma diferente, que não através do relatório e contas, mas a informação relevante constava dos documentos oficiais da empresa.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr.^a Deputada Mariana Mortágua.

A Sr.^a Mariana Mortágua (BE): — Muito obrigada.

Na informação que aqui temos diz-nos que esteve na administração entre 18 de junho de 2010 e 22 de agosto de 2012.

Eu gostava de saber se até ao momento da sua saída (e é bastante recente), especialmente a partir do momento em que, como diz, há total noção dos custos que estes *swaps* acarretam, da sua estrutura e do seu valor, se alguma vez foi contactado pelo Ministro das Finanças, pela Secretaria de Estado do Tesouro ou por outro membro do Governo acerca deste problema.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Engenheiro.

O Sr. Eng.^o Francisco José Cardoso dos Reis: — Os gestores existem para gerir, correto? Nós, ao entrarmos na empresa, uma das coisas que fomos identificar foi a situação da empresa. Portanto, não foi necessário sermos contactados por ninguém para tomarmos a iniciativa de contactar. Portanto, houve uma iniciativa por parte do Conselho de Administração de explicar a situação que encontrou e de propor soluções. Essas soluções foram propostas e tiveram recetividade por parte da tutela setorial e da tutela financeira relativamente ao caminho que nós preconizávamos. E o caminho era o de diminuição do risco sistemático, de enfrentar situações que aconteceram — nomeadamente, duas situações de *early termination* que tivemos de resolver... Portanto, fizemos aquilo que, no fundo, compete a um gestor fazer: resolver os problemas que se lhe colocam pela frente e

assumir a responsabilidade das decisões que toma. Foi isso que nós, sistematicamente, fizemos.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a Mariana Mortágua (BE): — Sr. Engenheiro, peço-lhe só que precise e me esclareça sobre se entre junho de 2011 e agosto de 2012, momento em que sai, alguma proposição de soluções, se houve algum contacto com a tutela acerca dos riscos que a empresa corria, se houve de facto essa proximidade que parece ter havido entre a Metro de Lisboa e o Governo.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Engenheiro.

O Sr. Eng.^o Francisco José Cardoso dos Reis: — Sr. Presidente, se não se importa, peço ao Sr. Dr. Luís Ribeiro que responda, porque foi ele que esteve diretamente envolvido nestas questões. De certeza, ele vai esclarecer de forma muito objetiva.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Dr. Luís Ribeiro.

O Sr. Dr. Luís Ribeiro: — Houve, de facto, alguns contactos, o primeiro dos quais ocorreu, na sequência da mudança do Governo, de um pedido nosso de uma reunião à Direção-Geral do Tesouro e Finanças para discutir muitos dos pontos que tínhamos em aberto, nomeadamente a situação de tesouraria do Metropolitano de Lisboa, as necessidades de financiamento e também a questão dos instrumentos derivados. E houve uma interação mais tarde, nesse ano, em dezembro de 2011, relativamente

a uma operação específica de *swap* que estava também sob a ameaça de uma *early termination*, em que foi possível, através da Direção-Geral do Tesouro e Finanças, obter um envolvimento do IGCP na própria negociação.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr.^a Deputada Mariana Mortágua.

A Sr.^a Mariana Mortágua (BE): — Portanto, só para ficar registado, esse segundo momento foi dezembro de 2011 e o primeiro, o anterior, a data exata qual foi?

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. Luís Ribeiro: — Foi... Nós solicitámos a reunião algures no verão de 2011 e ela acabou por suceder, salvo erro..., no último trimestre, em novembro ou dezembro.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr.^a Deputada Mariana Mortágua.

A Sr.^a Mariana Mortágua (BE): — Portanto, durante o ano de 2011, no verão e já mais no final do ano, a tutela tinha conhecimento da questão dos contratos swaps, das dificuldades de financiamento e das dificuldades que estes contratos acarretavam para a Metro de Lisboa?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Eng.º Cardoso dos Reis.

O Sr. Eng.º Francisco José Cardoso dos Reis: — Não só pelos contactos como até pelo próprio relatório da DGTF que é conhecido na altura e que caracteriza a situação das várias empresas.

Portanto, a situação era já do conhecimento generalizado, acho que sim...!

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr.ª Deputada.

A Sr.ª Mariana Mortágua (BE): — Como está aqui expresso, o senhor deixou a administração da Metro de Lisboa a 22 de agosto de 2012.

Eu gostava de saber — e perdoe-me a questão, mas houve vários gestores que foram afastados de empresas públicas por causa da questão dos *swaps* — se o seu afastamento tem alguma coisa relacionada com os contratos *swap*, com os valores de mercados, com as perdas potenciais da Metro de Lisboa...

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Engenheiro.

O Sr. Eng.º Francisco José Cardoso dos Reis: — Não! Não tem nada a ver! Tem a ver com uma opção que o Governo tomou de substituir um conselho de administração por outro que iria assumir a gestão conjunta da Metro de Lisboa e da Carris.

Portanto, nós concluímos o nosso período, que não foi normal, que não foi de três, mas, sim, de dois anos, por opção política — legítima — do Governo. Não tem nada a ver com esta questão.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr.ª Deputada.

A Sr.^a Mariana Mortágua (BE): — E, em nenhum momento, até 22 de agosto de 2012 lhe foi manifestada preocupação relativamente à dimensão deste problema?

É porque, como entenderá, esta pergunta relaciona-se com a preocupação que hoje é demonstrada e eu gostava de saber se, à data, havia, de facto, preocupação do Governo que pudesse indicar que estas empresas estavam a ser mal geridas ou que houvesse um descontentamento relativamente à forma como estes contratos estavam a ser geridos.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Engenheiro.

O Sr. Eng.^o Francisco José Cardoso dos Reis: — Sr.^a Deputada, nunca nos foi transmitida tal conclusão, antes pelo contrário. Aliás, penso que o Dr. Luís Ribeiro, que também participou diretamente — e é bom que sejamos dois a atestar esta afirmação —, poderá confirmar que nunca tivemos qualquer indicação de qualquer forma menos correta de gestão da empresa, não só a nível financeiro como a todos os níveis, porque os resultados evidenciavam precisamente o contrário.

O Sr. Presidente: — Sr. Dr. Luís Ribeiro, quer pronunciar-se?

O Sr. Dr. Luís Ribeiro: — Sim, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Tem, então, a palavra.

O Sr. Dr. Luís Ribeiro: — Relativamente a essa questão sobre o nível de preocupação que existiria terá de perguntar aos membros do Governo; para nós, nas interações que tivemos com a Direcção-Geral do Tesouro e

com o IGCP, ficou claro que havia alguma preocupação a partir do momento em que, ou por nossa via, ou por outras vias, que eu não sei, ficaram com conhecimento da situação do *portfolio*.

Mas não fomos diretamente interpelados sobre essa matéria.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a Mariana Mortágua (BE): — Permita-me esclarecer uma coisa que o senhor disse há pouco. Penso tê-lo ouvido dizer que um dos motivos para o contacto com a tutela, em 2011, foi o perigo de um *rating trigger*, ou de uma cláusula de fim de contrato, que pudesse pôr em causa perdas para a Metro de Lisboa. Confirma isto?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. Luís Ribeiro: — Sr.^a Deputada, sim, confirmo isso.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a Mariana Mortágua (BE): — Muito obrigado.

Portanto, a questão dos *rating triggers* já se colocava em 2011. É um facto que também é novo nesta Comissão de Inquérito.

Há uma carta, que temos em nosso poder, datada de 12 de abril de 2011, que dá conta à tutela de uma opção de financiamento com *swap*, mencionando-se nessa carta que esse *swap* é baseado num índice proprietário de volatilidade e, penso, pedindo a aprovação dessa operação ou comunicando essa operação.

Gostava de lhe fazer duas perguntas relacionadas com esta carta.

Primeira, que índice de volatilidade era este e que tipo de *swap* era este? Segunda: que resposta obteve da tutela? E, já agora, eu gostaria que clarificasse se esta carta era uma informação ou um pedido de autorização.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Dr. Luís Ribeiro.

O Sr. Dr. Luís Ribeiro: — Naquela altura, as operações de financiamento eram extremamente raras, sempre com custos relativamente elevados — o próprio Estado não tinha disponibilidade para apoiar financeiramente as empresas públicas e o que fazíamos, de cada vez que um banco se aproximava de nós para nos oferecer alguma proposta de financiamento normalmente com *swap* associados, era proceder, em primeiro lugar, a uma negociação inicial para ver quais eram as melhores condições que obtínhamos e, depois, enviávamos para o Ministério das Finanças para nos dizerem se era uma operação que devia ou não ser prosseguida.

Nesse caso, era uma operação de financiamento, salvo erro, de 200 milhões de euros que tinha como condição a entrada num *swap* com um determinado índice de volatilidade e o que fizemos foi enviar essa opção para o Ministério das Finanças, dizendo que aquela operação estava disponível, que tinha determinadas características e que pretendíamos que, por favor, nos dissessem se achavam que valeria ou não a pena prosseguir com esta negociação, e a resposta que recebemos foi negativa.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a Mariana Mortágua (BE): — E, portanto, esse financiamento e esse *swap* não foram contratados.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. Luís Ribeiro: — Não, não foram!

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a Mariana Mortágua (BE): — Ao todo, e segundo as informações de que dispomos, as perdas potenciais associadas à Metro de Lisboa atingem os 1,4 mil milhões e destes 1,4 mil milhões houve uma renegociação, um fecho de uma série de contratos, que custaram quase 500 milhões.

O seu antecessor esteve aqui e deixou uma opinião, aliás, partilhada por outros convidados e antigos gestores que aqui estiveram, de que se esses contratos pudessem correr até à maturidade havia a possibilidade de diminuir as perdas. Esta é uma das opções e uma das opiniões que ouvimos.

Ouvimos também opiniões, como, por exemplo, a do Tribunal de Contas, que — e também o refere num parecer jurídico pedido pelo IGCP — aponta para que a melhor opção para estes contratos podia ser levá-los a tribunal, porque havia matéria judicial para o fecho desses contratos.

Assim, o que podemos concluir, das várias opiniões que tivemos aqui, é que, seja qual for a opção tomada, qualquer uma era melhor do que a opção que foi tomada pela Ministra e que foi a de fechar os contratos neste momento e assumir este nível de perdas.

Foi avançada também uma potencial explicação segundo a qual a concessão de uma linha ou de linhas do metro de Lisboa podia ser um requisito para o cancelamento destes contratos, porque, obviamente, seria

muito difícil concessão de uma linha, tendo contratos *swap* com perdas potenciais elevadíssimas.

Ora, eu gostava de perguntar se concorda ou não com o momento em que os contratos foram terminados e qual a sua opinião sobre se o fecho desses contratos pode ou não ser um requisito para uma potencial concessão das linhas de metro de Lisboa.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Engenheiro.

O Sr. Eng.º Francisco José Cardoso dos Reis: — Sr.ª Deputada, depois de ouvir a opinião de gente tão informada e com tanta competência técnica na área financeira, eu, como simples engenheiro de transportes, tenho grande dificuldade em tomar posição.

Todavia, já não tenho dificuldade em tomar posição se me disser que pode ser privatizada uma linha ou duas linhas do metro... Isso aí é tecnicamente uma tontearia!... Se me disser que podem privatizar quatro, a globalidade, eu ainda percebo; agora uma? Não percebo e isso, tecnicamente, é tonto — isto relativamente à engenharia de transportes, que é sobre isso que posso pronunciar-me.

Quanto à questão financeira, como disse, não vou emitir opinião sobre matéria relativamente à qual não tenho competência técnica específica.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr.ª Deputada.

A Sr.ª Mariana Mortágua (BE): — Eu falei em uma por uma questão meramente semântica... Falei na privatização do metro ou na concessão do Metro de Lisboa e queria perceber se o cancelamento destes contratos é ou

não um requisito perante essa possibilidade.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Engenheiro.

O Sr. Eng.º Francisco José Cardoso dos Reis: — Será um requisito se não se conseguir resolver problemas a montante.

Se quem quiser fazer a concessão ou a privatização do Metropolitano de Lisboa resolver o problema da dívida histórica de 4000 milhões e resolver problemas de limitações e de condicionantes que impedem que isso seja feito, pode concessionar; se não resolver, não pode. Portanto, é uma questão de conseguir resolver problemas a montante.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a Mariana Mortágua (BE): — Muito obrigada, voltaremos a este assunto.

Relativamente aos contratos que fez na Metro de Lisboa, gostaria de saber qual o motivo de contratação deste *swap* e qual o motivo da reestruturação. Falo, em particular, de um *swap* que foi reestruturado com o Barclays e que, segundo o relatório da StormHarbour, passa de um nível de risco 2 para um nível de risco e complexidade 5, com uma estrutura relativamente complexa, com várias «pernas» variáveis indexadas a várias moedas (dólar, libra, euro) e taxas de juro, etc.

Portanto, queria saber qual o racional para numa reestruturação se aumentar a complexidade de um contrato, que não era tão complexo à partida.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Engenheiro.

O Sr. Eng.º Francisco José Cardoso dos Reis: — Não consigo responder-lhe e estou a ver que o meu colega Luís Ribeiro também não consegue...

Não sei de que contrato é que estamos a falar...

A Sr.ª Mariana Mortágua (BE): — É um contrato de 2006 que foi reestruturado em 2011...

O Sr. Presidente: — Sr.ª Deputada, pelo relatório da StormHarbour identificá-lo não dá. Só se tiver a minuta do contrato ou a ficha técnica...

A Sr.ª Mariana Mortágua (BE): — Então, eu posso mostrar aos nossos convidados o documento que tenho, mas, repito, é um contrato de 2006 que foi reestruturado em 2011.

Pausa.

O Sr. Presidente: — Sr. Dr. Luís Ribeiro, se já está em condições de responder, faça favor.

O Sr. Dr. Luís Ribeiro: — Estas operações foram reestruturadas em finais de 2010.

O *swap* que existia foi identificado no estudo da Morgan Stanley como um dos que mais risco acumulava e, portanto, foi reestruturado com parecer positivo do consultor financeiro. Todavia, o facto de poder ter complexidade não significa que tenha mais risco do que o anterior; significa apenas que a fórmula de cálculo é mais complexa.

Daquilo que eu estou a ver, não me parece que o risco da operação tenha aumentado, mas eu não conheço o relatório e não foi com essa intenção que ela foi reestruturada.

O Sr. Presidente: — Pergunto ao Sr. Eng.º Cardoso dos Reis se deseja complementar alguma coisa.

Tem a palavra, Sr. Engenheiro.

O Sr. Eng.º Francisco José Cardoso dos Reis: — Sr. Presidente, eu penso que nós poderemos complementar esta informação e enviar para a Comissão uma eventual justificação complementar que se justifique face à questão colocada pela Sr.^a Deputada Mariana Mortágua.

O Sr. Presidente: — Muito bem.

Passamos agora a palavra ao Sr. Deputado Afonso Oliveira.

O Sr. Afonso Oliveira (PSD): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Agradeço aos nossos convidados a presença aqui, nesta Comissão e começo por fazer-vos uma pergunta que fiz na audição da manhã ao Sr. anterior presidente do Conselho de Administração.

Perguntei-lhe se ele tinha conhecimento de um relatório da auditoria que foi produzida em 4 de dezembro de 2008 e remetido na altura ao Sr. Secretário de Estado das Finanças e ao Sr. Secretário de Estado dos Transportes e que já referia a questão dos *swaps* de forma muito clara. O que ele me transmitiu de manhã — e penso que estou a ser fiel nas palavras — foi que estava já em fase de transição e, portanto, não deu muita importância a esse relatório. Pergunto agora se tiveram conhecimento desse

relatório da IGF e se a partir daí tiveram mais contacto com a realidade dos *swaps* da empresa Metropolitano de Lisboa.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, não descontando no seu tempo de intervenção, importa-se de precisar qual é o documento que referiu?

O Sr. Afonso Oliveira (PSD): — Isto é o relatório 1635/2008, enviado ao Metropolitano de Lisboa, relativamente a uma auditoria ao passivo oneroso e que refere claramente a questão dos *swaps*.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Engenheiro.

O Sr. Eng.º Francisco José Cardoso dos Reis: — Tanto que tinha conhecimento que o tenho aqui... É um relatório que tem a data de dezembro de 2011 e analisa a situação do Metropolitano para trás, portanto, não tem aderência nenhuma à realidade que nós encontramos no Metropolitano.

É um documento histórico e que, inclusivamente, até diz que os resultados são extremamente positivos pela adoção de determinado tipo de instrumentos.

Portanto, é um relatório localizado no tempo, tem de ser contextualizado. Nós encontramos uma realidade que interpretámos e propusemos soluções face à realidade encontrada que não tem nada a ver com isto!

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Afonso Oliveira.

O Sr. Afonso Oliveira (PSD): — Sr. Engenheiro, a pergunta que lhe faço tem a ver com o saber se o anterior presidente lhe transmitiu ou não informação com base neste relatório em relação à realidade da empresa como ela estava no momento.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Engenheiro.

O Sr. Eng.º Francisco José Cardoso dos Reis: — Não, não houve uma informação detalhada.

Eu, pessoalmente, tenho por norma quando inicio funções estudar os *dossiers* relativamente à empresa com a profundidade necessária e apreender eu de forma muito objetiva aquilo que é a realidade da empresa! Obviamente que aquilo que peço a quem me antecedeu é que me transmita particularidades, coisas que não são facilmente identificáveis pela leitura dos documentos oficiais da empresa, o que não era o caso porque estes documentos existiam na empresa.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. Afonso Oliveira (PSD): — Sr. Engenheiro, deixe-me dizer-lhe que a sua exposição inicial é muito clara pela leitura que ouvimos e pelo que fomos aqui avaliando..., dá um retrato muito circunstancial daquilo que foi a vossa posição naquele momento, enquanto administradores da Metro de Lisboa.

Com base nesse retrato que aqui é apresentado, o senhor diz que foi transmitido à tutela setorial em agosto de 2010, aproximadamente um mês após as eleições, numa reunião em que foi efetuado um ponto de situação global da empresa incluindo uma apresentação específica sobre o *portfolio*

de derivados e sobre os riscos já identificados. É muito clara a sua afirmação aqui de que transmitiu claramente à tutela setorial e presumo que à Secretaria de Estado dos Transportes, mas dir-me-á — é essa a pergunta que lhe faço. Portanto, pergunto-lhe: é claríssimo que o Governo nesse momento ficou completamente contextualizado com toda a informação necessária para perceber o que estava em causa no Metropolitano de Lisboa em relação aos contratos de derivados?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Engenheiro.

O Sr. Eng.º Francisco José Cardoso dos Reis: — Ficou com uma informação geral, porque, tal como foi ouvido nesta Comissão de Inquérito, houve a necessidade de fazer a análise global da carteira — portanto, de todo o conjunto da carteira e do seu comportamento em termos globais — e nós não tínhamos, à data, essa caracterização.

Tínhamos a identificação de instrumentos caso a caso, um a um, e um nível de preocupação que era claro. Da nossa parte, foram transmitidos à tutela não só a caracterização que à data nós conseguimos fazer, como propostas de atuação, de acordo com as quais passámos a atuar e para as quais obtivemos aceitação da parte da tutela. Portanto, houve uma identificação relativamente àquilo que eram as nossas propostas para tentar resolver ou encontrar soluções para a situação que tínhamos.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. Afonso Oliveira (PSD): — Ó Sr. Engenheiro, eu acho essa resposta muito interessante, porque é importantíssimo para nós percebermos qual era o nível de conhecimento que havia por parte do

Governo anterior... Já foi aqui referenciado que em alguns momentos havia menos conhecimento, depois há outros momentos em que se diz que há conhecimento quando se trata de transmitir... Para atuar não há conhecimento, mas para transmitir já há conhecimento... É uma coisa muito confusa, que não tem a ver com o Sr. Engenheiro, mas a verdade é que nesta Comissão houve aqui tentativas de «limpar» algum conhecimento anterior e no momento exato, em junho de 2011, já havia algum conhecimento...

Por isso pergunto-lhe muito claramente: esse tipo... E percebo até porque a sua intervenção inicial identifica claramente uma série de problemas... Refere, por exemplo, sempre que houver oportunidade, reduzir o risco; sempre que possível trocar operações que envolvam índices proprietários — que é um fator de risco que foi aqui largamente discutido de manhã, na anterior audição —; evitar a tentação de adiar um potencial problema adicionando risco nos *cash-flows* futuros... Tudo isto foram questões que nós levantámos e parecia que na anterior administração não havia esta preocupação... Essa foi a ideia com que eu fiquei...

Bom, a pergunta que eu lhe faço é muito simples: como é que a tutela..., quem é que tinha um contacto com a administração? Era a área dos transportes? Era a das Finanças? Como é que se envolveram nesta questão? Como é que avaliaram o problema? Que ações é que tomaram junto da empresa?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Engenheiro.

O Sr. Eng.º Francisco José Cardoso dos Reis: — Eu volto a repetir que considero que o nosso papel é o de gerir e não o de esperar que alguém nos diga como é que devemos fazer as coisas... Portanto, aquilo que nós

fizemos foi, em agosto de 2010, pedir uma reunião à tutela dos Transportes e dizer: a situação que nós temos em termos financeiros é esta; a situação que nós temos em termos operacionais é esta; a situação que nós temos em termos laborais é esta... Portanto, fizemos uma caracterização geral da empresa em que um dos *itens* discutidos com a tutela foi a questão financeira.

Nesse mesmo momento, aquilo que fizemos foi para as questões operacionais, para as questões laborais, para as questões financeiras apresentar soluções, uma estratégia de atuação que o Conselho considerava a mais adequada e tivemos da parte da tutela setorial uma adesão àquilo que foram as nossas propostas.

A informação que tínhamos não era suficiente, como já tive oportunidade de dizer, e era necessário analisar de forma mais detalhada o *portfolio* dos instrumentos de gestão de risco financeiro. E foi isso que fizemos, pedindo à Morgan Stanley que fizesse essa análise da carteira do Metropolitano de Lisboa e que nos ajudasse a encontrar caminhos para atuação na gestão da carteira de instrumentos de gestão de risco. Concluído esse trabalho, suscitámos junto da tutela financeira uma reunião, em que foi feita a apresentação desse estudo e onde se previa e preconizava também uma estratégia de atuação, que tem a ver com aquilo que enunciei na minha intervenção inicial: diminuição de risco, fazer reestruturações que se impunham... Portanto, uma estratégia de atuação que inclusivamente definia para os vários derivados níveis de risco crescentes, maiores ou menores. Essa estratégia que nós apresentámos também obteve recetividade por parte da tutela financeira e nós desenvolvemos essa estratégia que preconizámos e que foi dando os seus frutos, porque foi possível fazer diminuição de risco no conjunto de operações de reestruturação que nós fizemos.

Houve, pois, uma colaboração entre as tutelas, quer setorial quer financeira, com o Conselho de Administração do Metropolitano de Lisboa que permitiu fazer essa diminuição de risco.

Com a publicação do despacho do Secretário de Estado do Tesouro e Finanças, Dr. Carlos Costa Pina, a partir de junho de 2011, nós passámos a estar impedidos de ter uma atuação no sentido de gerir os problemas que existiam na carteira de derivados. Portanto, a partir daí temos a limitação que decorre do despacho que foi exarado pelo Sr. Secretário de Estado e não tomámos mais iniciativas no sentido de fazer reestruturações.

Esta é a cronologia dos acontecimentos, esta foi a estratégia que o Conselho de Administração estabeleceu e que tentei explicitar logo no início e que, penso, deu os seus frutos.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Afonso Oliveira.

O Sr. Afonso Oliveira (PSD): — Sr. Eng.º Cardoso dos Reis, durante estes dias temos estado a ouvir os quatro presidentes da Administração do Metro de Lisboa, desde antes de 2003 até agora, e hoje de manhã ao ouvir o seu antecessor a questão que eu lhe coloquei na altura foi se ele tinha consciência do nível de risco e se faria da mesma forma...

Eu não vou pedir-lhe que faça qualquer comentário em relação a isto, não lhe faço essa «maldade», permita-me que diga assim. O que digo — e é uma conclusão minha — é que o Sr. Engenheiro em agosto de 2010, portanto, um mês depois de entrar em funções (pelo que percebi foi em julho que entrou em funções), identificou que havia aqui um problema; não tinha conhecimento total, digamos, do conjunto dos contratos, nem tinha de ter, porque estava a acabar de entrar na empresa, mas teve consciência e identificou uma série de problemas e, pelo menos, pelo que está aqui

referenciado por si, propôs uma atuação que permitiria reduzir o nível de risco, ou seja, identificou que havia ali um risco potencial.

O Sr. Dr. Costa Pina também reconheceu aqui que houve, realmente, uma reunião no Ministério das Finanças com a Morgan Stanley, como já aqui referenciou também na sua intervenção inicial e foi notícia pública, que saiu em julho de 2013, reunião em que foi identificada uma série de problemas à volta de...

Eu gostava que especificasse mais concretamente o que é que foi essa reunião. Já percebi que foi a pedido do Metropolitano de Lisboa, foi aqui referenciado. O que é que resultou dessa reunião? O que é que foi apresentado? Pode facultar-nos até essa apresentação? Não sei..., é uma pergunta que lhe faço... Mas, pelo menos, explique-nos o que é que foi lá apresentado que identificava um problema tão grave, sobre o qual ninguém atuava.

O Sr. Presidente: — A resposta será do Dr. Luís Ribeiro.

O Sr. Dr. Luís Ribeiro. — Muito obrigado, Sr. Presidente.

A reunião, de facto, ocorreu algures em novembro (não sei precisar exatamente a data, mas terá sido por volta de 16 de novembro) e foi a exposição de um trabalho que tinha ido efetuado pela Morgan Stanley à carteira de derivados mas como um todo.

Como foi referido na intervenção inicial do Sr. Eng.º Cardoso dos Reis, nós tínhamos informação sobre cada uma das operações, mas as operações muitas vezes tinham componentes sobrepostas e muitas delas tinham o mesmo tipo de indexantes mas com algumas variações. Portanto, o que nós não conhecíamos era o comportamento do *portfolio* como um todo, digamos assim. Foi esse trabalho de inventariação que nós pedimos à

Morgan Stanley para fazer e que foi posteriormente apresentado no Ministério das Finanças.

O teor da reunião foi, de facto, esse. Eles identificaram uma série de problemas com algumas das operações que lá estavam, nomeadamente cinco operações, exatamente por causa das características de memória envolvidas nesses *swaps* em concreto.

Naturalmente, também fizeram uma apresentação daquilo que era o comportamento do *portfolio* quando havia variações das taxas de juro para cima ou para baixo.

Isso deu-nos — aí pela primeira vez — uma ideia do que aconteceria aos pagamentos reais do Metropolitano, ano a ano, para vários cenários das taxas de juro, portanto, se as taxas de juro se comportassem como o mercado esperava na altura, se permanecessem anormalmente baixas durante muito tempo ou se se deslocassem em determinado sentido, e essencialmente alertava para as perdas potenciais elevadas num cenário de manutenção das taxas de juro a um nível anormalmente baixo e para o facto de o *portfolio* ter uma convexidade negativa, ou seja, se as taxas de juro baixassem eu perdia um determinado valor, se as taxas de juros tivessem um movimento precisamente contrário, se subissem, eu não ganhava tanto como aquilo que perdia no sentido contrário. Basicamente foi o que lá fomos apresentar.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Afonso Oliveira, tem a palavra.

O Sr. Afonso Oliveira (PSD): — Sr. Doutor, só por uma questão de ficar registado nesta Comissão e para percebermos quem estava nessa reunião, para ficar muito claro, pode dizer-nos quem esteve presente?

O Sr. Presidente: — Sr. Dr. Luís Ribeiro, tem a palavra.

O Sr. Dr. Luís Ribeiro — Com a ressalva de que a minha memória pode também falhar, estariam presentes elementos do Gabinete do Secretário de Estado do Tesouro, o Diretor-Geral do Tesouro, à altura, o Dr. Pedro Felício, nós próprios e os elementos da Morgan Stanley que realizaram o estudo. Confesso que não sei precisar. Acho que foram apenas estes elementos.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, faça favor.

O Sr. Afonso Oliveira (PSD): — Posso concluir — e corrigir-me-á se eu estiver errado — que estiveram presentes na reunião a Morgan Stanley, a Metropolitano de Lisboa e elementos da equipa do Sr. Secretário de Estado Costa Pina, na altura Secretário de Estado do Tesouro e Finanças, e também o dos Transportes, mas este não percebi se esteve presente ou não... Foi só o das Finanças para não haver, em relação a isso, nenhuma dúvida.

O que fica muito claro nesta audição — aliás, para nós já era claro, mas não tinha ficado completamente esclarecido, portanto, hoje é o dia em que esta questão fica devidamente esclarecida — que, na altura, houve um total conhecimento (isto é a minha interpretação) por parte da equipa das Finanças em relação a um problema grave que tinham em mãos e que se tivessem atuado naquele momento poderiam ter evitado um conjunto de perdas que se iriam revelar mais tarde gravíssimas para o Estado português. Portanto, não houve uma atuação em conformidade com o problema que foi levantado.

Essa é a pergunta que lhe vou agora colocar — a seguir, no percurso seguinte, e no percurso que fizeram até ao final do vosso mandato, que tipo de atuação houve, no ano de 2010 até 2011, por parte do Governo anterior?

O Sr. Presidente: — Sr. Eng.º Cardoso dos Reis, tem a palavra.

O Sr. Eng.º Francisco José Cardoso dos Reis: — O tipo de atuação foi esse que acabámos de descrever — houve um acompanhamento e o esclarecimento da nossa parte e o detalhe, a caracterização do *portfolio* do Metropolitano de Lisboa, de derivados e houve um acompanhamento, por parte da tutela, relativamente ao que íamos fazendo, de acordo com a estratégia que foi preconizada e que foi apresentada também pelo estudo da Morgan Stanley. Foi o acompanhamento daquilo que foi preconizado e que foi apresentado. Não houve um tratamento diferente deste.

Portanto, o Conselho de Administração continuou a tratar do problema da minimização das situações de risco que existiam no *portfolio* que o Metropolitano tinha à altura.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Afonso Oliveira, tem a palavra.

O Sr. Afonso Oliveira (PSD): — Podemos também concluir — e permita-me tirar esta conclusão — que durante o período em que, na Administração, assumiram uma série de problemas gravíssimos a este nível (e até nós reconhecíamos que havia dificuldades ao nível do financiamento, é um facto, não precisamos de estar aqui a escamotear), em relação aos contratos derivados, havia contratos «problemáticos» — a expressão é esta que, aliás, também é vossa, não é só do Governo nem do IGCP.

O IGCP fala, de facto, em contratos problemáticos, nesta questão também às vezes aqui levantada de forma incorreta e devo dizer-lhe que até numa carta enviada pela Metro de Lisboa à Inspeção-Geral de Finanças, ao Dr. Pedro Felício, no dia 12 de abril de 2011, é referenciada claramente a preocupação e posso... Não consigo ler a totalidade, porque há aqui uma dificuldade de leitura, mas percebemos que «a Metro de Lisboa tem fundadas esperanças de conseguir que todas as instituições bancárias continuem a apoiar a empresa, propondo-se conseguir, no caso dos empréstimos, redução nas posições dos seus balanços...».

Depois, a dado passo, para ser mais rápido: «Nomeadamente, no caso do Banco Santander, a redução do risco é uma operação de *swaps* problemáticas». A expressão até é vossa, nem sequer é só do IGCP, porque mesmo antes do IGCP ter feito o trabalho que fez, já havia uma referência ao tipo de contratos que existiam na Metro de Lisboa.

O que lhe pergunto é, após esta preocupação e, pelo que percebi, desde o início do vosso mandato e talvez até ao final, se houve uma forte preocupação em relação a esta matéria. O que quero saber é se tivesse havido — e é importante que nos dê a resposta nesta Comissão — uma atuação mais cedo (já falo no período de 2010, 2009, quando a questão foi identificada como um problema) e mais forte, não poderíamos ter evitado o problema grave que a seguir se verificou? Em 2010, talvez?

O Sr. Presidente: — Sr. Eng.º Cardoso dos Reis, faça favor.

O Sr. Eng.º Francisco José Cardoso dos Reis: — Tenho alguma dificuldade em ser muito afirmativo relativamente a uma situação destas, porque se formos analisar a evolução do *mark-to-market* do Metro de Lisboa nos últimos anos, não sei se a atuação mais cedo... Tenho aqui um [gráfico](#)

com a situação, em que o que está a azul é o nosso período, no qual, como vêm, cai de forma abrupta. Portanto, não tenho sensibilidade suficiente para lhe dizer o que teria acontecido e se haveria mecanismos para o fazer, não sei.

O Sr. Afonso Oliveira (PSD): — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador).*

O Sr. Eng.º Francisco José Cardoso dos Reis: — Claro que sim. Nem quero ficar com ele, pode ficar já com o Sr. Presidente.

Portanto, não consigo ser claro. Não sei se o Dr. Luís Ribeiro consegue ser mais objetivo, dada a sua formação, mas eu não corro o risco de fazer qualquer afirmação que possa ser facilmente refutada e, como não sou Doutor, sendo Engenheiro, porque qualquer Doutor...

O Sr. Presidente: — Sr. Dr. Luís Ribeiro, tem a palavra.

O Sr. Dr. Luís Ribeiro: — Sr. Deputado, acho que não há uma resposta certa para a sua pergunta. Tudo depende de que solução teria sido ou não encontrada e das circunstâncias concretas de mercado que poderiam ou não permiti-lo.

A única coisa que sei, dada a situação que existia na Metro, naquela altura, era que, forçosamente, uma solução que passasse apenas pela Metro parece-me que seria necessariamente pior do que uma solução global, porque a Metro não tinha qualquer capacidade negocial junto das instituições de crédito naquele momento.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Afonso Oliveira, tem a palavra.

O Sr. Afonso Oliveira (PSD): — Sr. Presidente, quero apenas fazer uma interpelação.

Não sei se é possível, pela parte dos senhores ou da Metropolitano de Lisboa, mas acho que era importante termos conhecimento da apresentação feita pela Morgan Stanley, se estiver disponível. Dado que foi apresentada ao Governo e à empresa, se estiver disponível, acho que faria sentido esta Comissão receber essa apresentação.

O Sr. Presidente: — Sr. Eng.º Cardoso dos Reis, tem a palavra.

O Sr. Eng.º Francisco José Cardoso dos Reis: — Sr. Deputado, acho que nada deve ser sonegado aos representantes do povo — temos aqui a apresentação e vai ser entregue.

O Sr. Presidente: — Muito bem.

Sr.^a Deputada Mariana Mortágua, tem a palavra para interpelar a Mesa.

A Sr.^a Mariana Mortágua (BE): — Sr. Presidente, queria apenas um esclarecimento relativamente àquele *swap* para ficar em ata — eu disse que ele tinha aumentado a complexidade, o que não é verdade, foi engano meu ao ler o relatório — continua a ser um *swap* complexo, mas não aumentou a complexidade, passou de cinco para dois e queria que ficasse registado em ata o meu engano de há pouco.

O Sr. Presidente: — Sr. Dr. Luís Ribeiro, tem a palavra.

O Sr. Dr. Luís Ribeiro: — De cinco para dois quer dizer que diminuiu?

O Sr. Presidente: — De maneira muito significativa, relativamente ao critério de classificação da StormHarbour sobre o que era um *swap* problemático.

Creio que assim o Sr. Doutor fica «exonerado» do encargo de dar explicações complementares. Espero que a Sr.^a Deputada tenha ouvido o meu comentário...

Vou passar a palavra ao Sr. Deputado Filipe Neto Brandão.

O Sr. Filipe Neto Brandão (PS): — Quero, em primeiro lugar, cumprimentar o Sr. Engenheiro e o Sr. Doutor...

O Sr. Presidente: — Convinha era que não houvesse pequenas reuniões de Deputados ao mesmo tempo. Só um momento, Sr. Deputado.

Pausa.

O Sr. Engenheiro diz que a versão que nos está a entregar pode não ser, *ipsis verbis*, a versão apresentada na reunião, mas é a versão final, aperfeiçoada, da comunicação feita nessa altura.

Portanto, está entregue na Mesa e, a partir daqui, será disponibilizada a todos os Srs. Deputados.

Sr. Deputado Filipe Neto Brandão, tem agora a palavra.

O Sr. Filipe Neto Brandão (PS): — Renovando a saudação, quero começar por referir, aliás, socorrendo-me também do próprio suporte

escrito da intervenção inicial do Sr. Engenheiro, que ajuda a clarificar a posição deste Conselho de Administração que está agora em apreço, registamos que durante a vigência deste Conselho não foram contratadas novas operações de *swap* relativamente à Metro de Lisboa. Essa parte posso dar como assente e como pressuposto para demais inquirição.

Socorro-me também — e iria confrontar VV. Ex.^{as} com esta questão — de uma auditoria feita em junho de 2013, portanto, há poucos dias, pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças, a qual nos recorda (e estou a citar): «que anteriormente ao Despacho do Sr. Secretário de Estado do Tesouro e Finanças, n.º 101/09, portanto, do início de 2009, só pontualmente foi do conhecimento da Direção-Geral do Tesouro e Finanças a realização de operações *swap*», sendo certo que é a mesma Direção-Geral que tem a função de fazer o acompanhamento do acionista Estado, e é perante esta Direção-Geral do Tesouro e Finanças que tem de ser reportada esta matéria.

Até esse despacho, era desconhecida, ou pontualmente conhecida, essa situação. Foi, aliás, na sequência do Despacho n.º 101/09 do Sr. Secretário de Estado que foi instituída a obrigatoriedade de comunicação de instrumentos desta natureza à Direção-Geral do Tesouro e Finanças, sendo certo que, como também o mesmo relatório o refere, apenas com a aprovação das contas do ano de 2010, portanto, apenas em 2011 (aliás, isto é corroborado também na intervenção escrita por V. Ex.^a), só com a aprovação das contas de 2010, ou seja, até ao final do primeiro trimestre de 2011, é que (e cito) «se passou a evidenciar publicamente, de uma forma regular e objetiva, as responsabilidades potenciais decorrentes dos tipos de contratos». Portanto, aí esta matéria passou a ser transparente.

O que lhe pergunto — sendo certo que antecipo que a resposta será negativa, coerentemente — é se, posteriormente ao Despacho n.º 896/11,

não houve formulação de nenhum pedido de autorização para celebração de contratos *swap*.

O Sr. Presidente: — Sr. Engenheiro, tem a palavra.

O Sr. Eng.º Francisco José Cardoso dos Reis: — Não.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Filipe Neto Brandão, faça favor.

O Sr. Filipe Neto Brandão (PS): — A pergunta subsequente é, posteriormente ao Despacho n.º 101/09, de janeiro de 2009, quantas comunicações foram efetuadas pela Metro de Lisboa à Direção-Geral do Tesouro e Finanças, relativamente à contratação de *swaps*?

O Sr. Presidente: — Sr. Eng.º Cardoso dos Reis, tem a palavra.

O Sr. Eng.º Francisco José Cardoso dos Reis: — Não lhe consigo dizer. Só entrámos a partir de 2010, por isso não lhe consigo dizer e, relativamente às nossas, também não estou preparado para dizer, mas darei essa informação, necessariamente, à Comissão.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, tem a palavra.

O Sr. Filipe Neto Brandão (PS): — Agradeço, então, ao Sr. Engenheiro que se digne responder, obviamente reformulando a partir da data da entrada em funções, por quanto, no relatório da Direção-Geral de Tesouro e Finanças, se verifica que, no que diz respeito à empresa Metropolitano de Lisboa, não se localizou documentação relativa à

comunicação das operações contratadas, pelo que é necessário saber em que termos e em que circunstâncias elas foram comunicadas, sendo certo de que estamos a falar de comunicações *a posteriori*, na medida em que só em 2011 é que passou a ser necessária a autorização e, como V. Ex.^a referiu, a matéria não é dirigida ou indicável aqui, na medida em que não foi solicitada nenhuma comunicação.

No entanto, a partir de junho de 2011, por força do referido Despacho do Sr. Secretário de Estado Costa Pina, houve a obrigatoriedade de inventariar indiscriminadamente a situação destes mecanismos e destes instrumentos derivados, sendo certo que a partir da publicação do relatório do segundo semestre de 2011 ficou claramente evidenciada essa situação.

V. Ex.^a há pouco referiu que, logo após a entrada em funções deste Governo, logo no início do verão de 2011, solicitou uma reunião que veio a ocorrer uma a seguir ao verão e uma outra em dezembro de 2011.

Pergunto-lhe se consegue recordar-se de quem esteve presente nessa reunião.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. Luís Ribeiro (ex-Administrador Financeiro da Metro de Lisboa): — Sr. Deputado, tentarei responder assim que perceber a que reunião é que se refere. A qual delas?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. Filipe Neto Brandão (PS): — Respondo, respondendo: às duas.

O Sr. Dr. Luís Ribeiro: — Relativamente à reunião na Direção-Geral

do Tesouro estiveram a Diretora-Geral à data, a Dr.^a Elsa Santos, e a sua Subdiretora-Geral, Dr.^a Maria João Araújo, e a Diretora dos serviços que tratavam normalmente das questões relativas às garantias de Estado.

Os primeiros contactos com o IGCP já no final do ano de 2011 foram telefónicos e foram a propósito de uma operação muito concreta de reestruturação em que o IGCP interveio a nosso favor junto do banco, mas, foram, repito, apenas em conversa telefónica com a Dr.^a Sofia Torres.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. Filipe Neto Brandão (PS): — E receberam alguma instrução ou recomendação relativamente a essa matéria?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. Luís Ribeiro: — Não nessa data, nem o ICGP tinha competências para tal, ainda; o que houve foi uma conferência telefónica em que o IGCP procurou assegurar, digamos assim, ao banco em causa que seria encontrada em breve uma solução para aquela operação em concreto.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. Filipe Neto Brandão (PS): — Reportando-me, novamente, aos contatos e àqueles pelos quais hoje os senhores estão aqui presentes, sendo que nenhum deles é um contrato originário, portanto são reestruturações, eu queria perguntar se relativamente à sua classificação — e já fez questão de referir que desconhece quais os critérios de classificação de toxicidade ou de complexidade — se, na reestruturação de algum, conclui que o risco

aumentou face ao precedente e se, pelo contrário, diminuiu, em que termos é que diminuiu.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. Luís Ribeiro: — O nosso objetivo nas várias reestruturações que fizemos foi sempre o de tentar diminuir o risco ou, mesmo quando a nossa posição negocial era mais fraca, porque o que existia do outro lado era uma opção de exigir, basicamente, a terminação do contrato e o pagamento na data, sempre que acedíamos a reestruturar essas operações e a prolongá-las, evitando esse pagamento, o que procurávamos era obter do banco algum tipo de contrapartida de redução do risco: poderia ser a saída de um índice proprietário para uma operação normal de mercado; poderia ser a redução do prazo da operação; poderia ser, ainda, a saída de uma operação ligada a diferenças entre taxas de juro para uma operação Euribor normal, ou *plain vanilla*, como todos gostam de chamar.

Portanto, o nosso objetivo era sempre tentar reduzir o risco, porque, a seguir, se a questão continuasse, sabíamos que o banco voltaria novamente à carga com mais um evento qualquer que lhe dava o direito a terminar a operação e, portanto, a única forma que tínhamos de reduzir essa pressão era simplificar as operações, tornando-as mais capazes de serem reestruturadas no mercado e não só com aquela contraparte específica.

Foi essa a nossa orientação em alguns casos com mais ou menos sucesso, dependendo do banco e da posição concreta da operação em causa.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Doutor.

O Sr. Filipe Neto Brandão (PS): — Sr. Eng.º Cardoso dos Reis, o senhor fez questão de, no início da sua intervenção, defender a honra e a dignidade profissional, sua e dos gestores.

Eu queria recordar, porque uma das razões da existência desta comissão é precisamente a do apuramento de responsabilidades na celebração de contratos de natureza claramente especulativa, que — e já o referi várias vezes — me causa alguma perplexidade o facto de a Sr.ª Ministra de Estado e das Finanças, nesta Assembleia da República, ter referido no dia 26 de abril que «o Governo queria apurar os níveis de responsabilidade individual de gestão e que não deixaria de extrair as devidas consequências» (citei).

Ora, surpreendentemente, o Governo veio a extrair consequências, ou seja, demitindo, prescindindo do apuramento de responsabilidades e isto suscitou-me, durante muito tempo, alguma perplexidade e, conclui eu, na sequência da audição do Sr. Dr. Ricardo Fonseca, da Metro do Porto, que a consequência de terem prescindido do apuramento de responsabilidades será a justificação de porque é que alguns secretários de Estado foram demitidos enquanto outros, que aprovaram exatamente os mesmos factos que levaram à demissão de outros, permaneceram no Governo.

Mas esta conclusão, que, apenas, a mim me responsabiliza, suscita uma questão que diretamente lhe dirijo: algum contrato reestruturado no mandato de V. Ex.ª assumiu natureza claramente especulativa ou considera que foi contratualmente desequilibrado?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Engenheiro.

O Sr. Eng.º Francisco José Cardoso dos Reis: — Todos os contratos que reestruturámos foram-no no sentido da diminuição de risco e de acordo

com os condicionalismos que tínhamos.

Portanto, não quero fazer classificações, porque já percebi que as classificações variam consoante quem as faz, mas aquilo que digo é que nós diminuámos risco, partimos de uma situação que era aquela e o objetivo foi esse.

De facto, ainda não percebi bem algumas perplexidades que têm perpassado, nomeadamente por aquilo que se lê nos jornais relativamente a esta matéria... Empresas que saem, outras que entram, umas que eram, outras que deixaram de ser... Portanto, não se percebem bem os critérios, efetivamente, mas, da nossa parte, o que fizemos foi diminuição de risco e eliminação de situações que considerámos que não eram, à data e no contexto em que vivíamos, as mais adequadas e também fizemos a substituição de operações que foram fechadas por decisão unilateral dos bancos que nos «encostaram à parede» no sentido de encontrar uma solução, solução essa que encontramos.

Penso que não cometerei nenhum erro ao dizer que essas soluções, mesmo nessas situações difíceis em que houve o acabar da relação contratual pela outra parte, eram melhores do que as que tínhamos.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. Filipe Neto Brandão (PS): — Uma pergunta muito direta: considera que o então chumbo do PEC 4 teve alguma implicação no acionar de *rating triggers* relativamente a algum dos...

Risos dos Deputados do CDS-PP João Rui de Almeida e Cecília Meireles.

A Sr.^a Ana Catarina Mendonça (PS): — Riem-se, porque não leem...!

O Sr. João Galamba (PS): — Sim, está lá escrito, no relatório da StormHarbour!

O Sr. Presidente: — Queria continuar, Sr. Deputado.

O Sr. Filipe Neto Brandão (PS): — A pergunta ficou formulada ainda que com o escárnio de alguns Deputados.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Engenheiro.

O Sr. Eng.^o Francisco José Cardoso dos Reis: — Se me permite, vou pedir dispensa de responder, porque não conheço o relatório da StormHarbour e não sei o que é que fundamenta essa conclusão.

Todavia, volto a referir que não serei a pessoa mais indicada para me pronunciar sobre a consequência do chumbo do PEC 4 na dificuldade de financiamento da empresa. Confesso que não consigo!... É insuficiência minha, pura e simples!

O Sr. Presidente: — Tem, agora, a palavra o Sr. Deputado João Galamba.

O Sr. João Galamba (PS): — Vou reformular a pergunta do Sr. Deputado Filipe Neto Brandão.

Muitas vezes — e essa ideia já foi aqui avançada pelo PSD — é aqui lançada a ideia de que o cancelamento dos contratos devia ter sido feito

muito mais cedo, em 2010 ou em 2009, mas a questão é que há uma data muito específica que é referida no relatório da StormHarbour e já foi aqui até já referida num *e-mail* que a Sr.^a Ministra apresentou da JP Morgan que diz, muito claramente, que «em março de 2011 baixámos do nível de *rating* mínimo que fez acionar as cláusulas de vencimento antecipado».

Há dois períodos qualitativamente diferentes: até março de 2011 podia optar-se por uma gestão, por exemplo, podia considerar-se que deixar os produtos chegar à maturidade faria mais sentido, pois estávamos numa fase anormalmente baixa de taxas de juro, mas este tipo de raciocínio deixou de estar disponível a partir do momento em que as cláusulas de vencimento antecipado associadas a *ratings* ficam disponíveis.

A JP Morgan diz, claramente, que foi em março de 2011, por isso referiu o chumbo do PEC 4, que foi nessa data, e o relatório da StormHarbour, que os senhores não conhecem, mas que tem uma parte que também não tem grande confidencialidade, tem um quadro com os *ratings* e tem os contratos, o que torna evidente a verificação de que foi em março de 2011 que as cláusulas de vencimento antecipado associadas aos *ratings* se tornaram disponíveis.

Portanto, há uma mudança qualitativa, que é qual? É a partir desse momento que os bancos têm a «faca e o queijo na mão», ou seja, o Estado deixou de poder dizer se faz ou não sentido fechar agora, qual é a estratégia mais adequada... Não! Os bancos podiam escolher o momento em que acionavam e exigiam esse vencimento antecipado e, portanto, da parte do Estado a atuação mais prudente seria encerrá-los quanto antes para minimizar a margem de manobra dos bancos.

Assim, a pergunta que lhe faço muito claramente é a seguinte: tem consciência de quantos contratos da Metro de Lisboa é que tinham estas cláusulas presentes, nomeadamente associadas a *ratings*? Confirma ou não

que elas se tornaram disponíveis para os bancos a partir de março de 2011? E qual foi a alteração de comportamento por parte dos bancos em relação à Metro de Lisboa após essa data?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Engenheiro.

O Sr. Eng.º Francisco José Cardoso dos Reis: — Consigo responder-lhe factualmente dizendo o seguinte: no dia 4 de março de 2011, o *rating* da Metro desce de BBB para BB *non investment grade* (com Watch negativo) e em 31 de março desce de BB para B+ (com Watch negativo). Portanto, efetivamente, o mês de março foi um mês em que houve duas descidas de *rating* da Metro.

É sabido, porque foi dito na minha intervenção, que existiam cláusulas que os bancos podiam acionar caso houvesse um *downgrade* do *rating* da empresa e, na altura, ocorreram duas situações da UBS que, penso, têm a ver com o *rating*.

Portanto, houve situações que ocorreram... Mas, deixe-me dizer-lhe o seguinte: ocorreram, mas não era tradição que ocorressem. Havia sempre a expectativa de que houvesse possibilidade de encontrar soluções; mas nesta altura houve, efetivamente, o agravamento da situação por parte de alguns bancos, que não facilitaram a vida às empresas.

Eu sempre entendi o papel da banca de investimento como um parceiro e, na ótica da parceria, o normal é encontrar-se uma solução que resolva positivamente a situação. Houve situações que não conseguimos resolver e tivemos de encontrar mecanismos alternativos, que já expliquei, que acionámos e correu bem.

Não sei se o Sr. Dr. Luís Ribeiro tem alguma coisa que queira acrescentar...

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. Luís Ribeiro: — Apenas dizer que, de facto, foi a partir de março com a perda de *investment grade* do Metropolitano... Aliás, não é segredo que o *rating* do Metropolitano estava ligado de uma forma muito direta ao *rating* da República e que, a partir de finais de 2010, deixou de estar a par e passo com o *rating* da República e passou a estar um ou dois *notches* abaixo do *rating* da República.

Portanto, foi a partir desse momento da perda do *rating* de *investment grade* do Metropolitano que grande parte das cláusulas se acionaram, embora houvesse cláusulas bastante diversificadas. Por exemplo, a questão da UBS colocou-se em setembro de 2010, porque o *trigger* o que dizia era que se o Metropolitano estivesse um *rating* abaixo do da República, então o vencimento antecipado poderia ocorrer.

Portanto, tem de ser feita uma análise casuística, contrato a contrato, mas o normal era que estivesse ligada à existência de um *rating investment grade* ou não e isso ocorreu em março de 2011.

O Sr. Presidente: — Passamos, agora, à Sr.^a Deputada...

O Sr. João Galamba (PS): — Sr. Presidente, peço a palavra para uma interpelação à mesa.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. João Galamba (PS): — Sr. Presidente, a pergunta que eu fiz era sobre quantos *swaps* cuja cláusula de vencimento antecipado passou a estar

disponível a partir de março, e, se calhar, era útil para os trabalhos desta Comissão ter essa informação, por escrito, se possível, e se houve alguma tomada de posição por parte de alguns bancos na sequência dessa descida, ou seja...

O Sr. Presidente: — Isso não é uma interpelação à mesa, Sr. Deputado, peço desculpa.

O Sr. João Galamba (PS): — Está bem...

O Sr. Presidente: — Tem a palavra a Sr.^a Deputada Cecília Meireles.

A Sr.^a Cecília Meireles (CDS-PP): — Sr. Presidente, eu gostaria de fazer uma interpelação à mesa nos mesmos termos.

Quero dizer, em primeiro lugar, que, creio, cada partido terá o seu tempo para fazer perguntas, e penso que todos o devemos respeitar, não fazer às interpelações à mesa que são, na realidade, questões.

Em segundo lugar, quero informar que a data de chumbo do PEC 4 é 23 de março de 2011. Penso que podemos, então, parar de discutir este assunto e voltarmos a fazer perguntas aos nossos convidados.

O Sr. Presidente: — Sr.^a Deputada Cecília Meireles, foi precisamente...

Protestos do Deputado do PS João Galamba.

Srs. Deputados, querem fazer um intervalo para conversarem? Podemos fazê-lo!

Sr. Deputado João Galamba, se não pretende fazer um intervalo, peço-lhe o favor de não usar da palavra sem que eu lha dê.

Tem a palavra o Sr. Deputado Afonso Oliveira para interpelar a mesa.

O Sr. Afonso Oliveira (PSD): — Sr. Presidente, há bocadinho solicitei que fosse distribuída a apresentação da Morgan Stanley, mas ainda não a recebemos... Gostaríamos de a receber durante a audição, se possível, porque nos parece importante.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, já foi entregue à mesa e pode consultá-lo. Como é um texto extenso e não é fácil distribuí-lo em cópia pensamos disponibilizá-lo *online*. De qualquer modo, está na mesa e está desde já à sua disposição, caso deseje consultá-lo.

Tem a palavra a Sr.^a Deputada Cecília Meireles.

A Sr.^a Cecília Meireles (CDS-PP): — Sr. Presidente, voltando, então, à matéria da Comissão de Inquérito, eu gostava, antes de mais, de cumprimentar os nossos convidados.

Tenho três blocos de perguntas a colocar que são tematicamente diferentes.

O primeiro bloco de perguntas tem a ver com as relações com a tutela. Os senhores já foram abundantemente questionados sobre este aspeto, mas eu gostava de perguntar, até porque isso tem sido também tema desta Comissão, se aquilo que é uma prática normal no relacionamento com a tutela, quer com a tutela dos transportes quer com a tutela financeira, é um relacionamento que eu qualificaria de estritamente formal, em que todas as comunicações se fazem através de pedidos de autorização e

despachos, ou se, pelo contrário, o normal é que haja conversas, discussões, instruções e um acompanhamento por parte da tutela daquilo que vai acontecendo, no respeito, como é óbvio, pela autonomia da gestão, mas acompanhando aquilo que são as questões principais das empresas tuteladas.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Engenheiro.

O Sr. Eng.º Francisco José Cardoso dos Reis: — Obviamente que existe acompanhamento por parte das tutelas nas suas várias vertentes.

Neste momento, regista-se algum burburinho entre o público presente na sala.

A Sr.ª Cecília Meireles (CDS-PP): — Sr. Presidente, peço desculpa, mas não consigo ouvir...

O Sr. Presidente: — Bom, já bastam as dificuldades que, às vezes, os Srs. Deputados colocam no desenvolvimento na reunião... Peço a quem assiste à reunião que não prolongue essas dificuldades, quer para a Sr.ª Deputada se fazer ouvir quer para ouvir a resposta...

Faça o favor de repetir, Sr. Engenheiro.

O Sr. Eng.º Francisco José Cardoso dos Reis: — A relação entre as administrações e as tutelas é a relação normal: no início do mandato, normalmente fazemos uma apresentação à tutela, caracterizando a empresa, onde colocamos as questões fundamentais e estratégicas que pretendemos desenvolver ao longo do mandato, e, depois, há o acompanhamento

normal, com pedidos de reunião de forma biunívoca em que tratamos dos assuntos que vão acontecendo, isso para além dos contactos informais que existem via telefone quando temos algum problema. É normal, quando há uma situação, ligar-se e falar-se...

Há uma relação com as tutelas normal na gestão de uma empresa que tem um acionista. Portanto, há uma relação de gestores com o acionista, e é no quadro deste tipo de comportamentos e de relação que ela se desenvolve, não é nada de diferente daquilo que acontece noutras áreas.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra a Sr.^a Deputada Cecília Meireles.

A Sr.^a Cecília Meireles (CDS-PP): — Muito obrigada. Era precisamente isso que eu pretendia saber.

Anotei uma expressão que foi aqui dita: «toda a gente sabia». Creio que, por aquilo que já foi dito aqui, a questão de este tipo de instrumentos ter capacidade de provocar perdas, e perdas avultadas, era do conhecimento corrente, quer público, através, por exemplo, de uma notícia do *Expresso*, como falaram, quer do ponto de vista da tutela. O que pergunto é se confirmam isto e se, para além da questão da Metro de Lisboa, que é, por vários motivos, a mais paradigmática, também era do conhecimento corrente a existência deste problema noutras empresas, para além da Metro de Lisboa.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Engenheiro.

O Sr. Eng.^o Francisco José Cardoso dos Reis: — Há relatórios públicos que evidenciam essa situação. Há relatórios da DGTF — recordo-me de um de 2010, se não me engano, que faz a análise do que está para

trás — que analisam o *portfolio* de derivados de várias empresas... Há um relatório de que o Sr. Deputado do PSD há pouco falou, um relatório do passivo oneroso das empresas públicas...

Portanto, existe um tratamento desta matéria que já vem desde há alguns anos, a partir do momento em que começaram a ser utilizados estes instrumentos de gestão de risco financeiro. Eu diria que o problema assume uma dimensão diferente com o agravar da situação financeira mundial — aquilo que corria de forma normal face à conjuntura em que eles foram contratados deixou de correr e há um crescendo de agravamento da situação ao longo do tempo.

Distribuí um gráfico onde se vê que o *mark-to-market* do Metropolitano desde há não sei quantos anos atrás até 2012 tem uma evolução muito negativa. E isso acontece a partir de uma determinada altura em que se potencia um efeito negativo nos riscos potenciais da utilização destes instrumentos de gestão de risco que decorre do enquadramento geral... e que... foi a evolução que teve!...

O Sr. Presidente: — Tem a palavra a Sr.^a Deputada Cecília Meireles.

A Sr.^a Cecília Meireles (CDS-PP): — Obrigada, mas independentemente desses relatórios que são públicos e que já dão a entender uma grande parte do problema, a verdade é que muitos destes contratos tinham uma complexidade que, eu diria, não estava na sua totalidade espelhada nesses relatórios, designadamente a existência dos tais *rating triggers*, a indexação a índices proprietários que eram impossíveis de seguir por quem não fosse deles proprietário — lá está!... —, ou mesmo a existência de estruturas muito complexas que cristalizam as perdas e que, presumo, se tenham tornado mais óbvias nalguns momentos no tempo,

designadamente nessa reunião de que já falámos e que foi tida no Metropolitano de Lisboa.

O que lhe pergunto é se, para além do conhecimento que havia nos relatórios, esta questão era falada. É porque, quando se usa a expressão «toda a gente sabia» ou quando se usam expressões, como já ouvimos nesta Comissão, referente a um momento anterior ao do vosso mandato e que foi utilizado pelo Dr. Juvenal Silva Peneda, que disse sobre ele próprio, quando era presidente dos SCTP, que «os STCP eram os únicos que não faziam *swaps* e eram considerados umas aves raras por isso», o que lhe pergunto é o seguinte: qual era o conhecimento desta questão e do potencial explosivo que a mesma tinha do ponto de vista das perdas que podia gerar?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Engenheiro.

O Sr. Eng.º Francisco José Cardoso dos Reis: — Sr.ª Deputada, só me vou pronunciar, tal como disse de início, de forma factual e relativamente ao período em que desempenhei funções no Metropolitano de Lisboa.

No Metropolitano de Lisboa, volto a repetir, o Conselho de Administração não precisou que alguém lhe dissesse qual era a situação, foi à procura dela e foi à procura de encontrar soluções e propostas que permitissem uma abordagem estratégica consistente ao tratamento dos derivados. E foi isso que fez!

Não esperou que a tutela o chamasse, foi junto da tutela e apresentou as suas propostas. As propostas que foram apresentadas tiveram a aceitação da tutela, isto numa primeira abordagem ainda com um tratamento do *portfolio*, não uma análise global e de forma integrada.

No segundo momento, pedimos para ser feito um tratamento integrado do *portfolio* de derivados do Metropolitano de Lisboa que é feito pela Morgan Stanley, e novamente não esperamos que nos chamem, vamos junto de quem de direito e dizemos: a situação é esta e preconiza-se determinado tipo de tratamento (que vão ter oportunidade de verificar ao ler o documento da Morgan Stanley), e atuámos em conformidade.

Portanto, aqui não há um problema de saber ou de deixar de saber; há um problema de fazer ou não fazer. E nós fizemos! E esta é que é a grande questão!

Estou habituado, na minha vida profissional e enquanto gestor, a «fazer» e não esperar que alguém faça por mim. Foi esta atitude que tomámos e não estamos arrependidos.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a Cecília Meireles (CDS-PP): — Sem dúvida, é a atitude correta, mas não estou aqui para avaliar a sua atitude. Estamos numa Comissão de Inquérito, não num julgamento... Não se sinta, por amor de Deus, a responder perante um tribunal, porque não é isso, de todo... Mas temos de perceber, porque nos cumpre, enquanto representantes dos acionistas, que são os portugueses, fazer a avaliação não só das administrações como das tutelas, como de muitas outras coisas, incluindo a nossa própria atuação.

Indo agora para um segundo bloco de questões, que já não tem a ver com a questão da tutela, uma das questões que tem preocupado esta Comissão é a de saber quais são as motivações para a contratação deste tipo de instrumentos. No caso do vosso mandato sabemos o que aconteceu, trata-se de reestruturações, mas houve, naturalmente, um momento no

tempo em que isso não era assim, em que a contratação deste tipo de instrumentos era corrente e foi feita.

Uma das coisas que o relatório do IGCP nos diz é que ela poderá ter tido outras motivações que não a cobertura, pura e simples, do risco, no caso o risco da subida da taxa de juro, porque é esse o risco existente. E, de facto, quando analiso, por exemplo, os *cash-flows* derivados deste tipo de contratos na Metro de Lisboa verifico que em 2003/2005 há perdas; depois começamos a ter *cash-flows* com uma subida abrupta, de forma positiva, passando, por exemplo, de perdas, de 2003 a 2005, para 91 milhões em 2008; depois começam a descer e descem de forma extraordinariamente acentuada, deixando de ser positivos e terminado, em 2012, com 74 milhões de euros negativos.

Pergunto-lhe se, de alguma forma, consideram que a contratação deste tipo de instrumentos mais arriscados face aos tais instrumentos *plain vanilla*, menos arriscados ou que apenas cobrem estritamente aquele risco, pode ter a ver com o facto de para estas empresas ser muito reduzir no imediato encargos financeiros e sem que tenha havido a correta ponderação do que isso podia significar no futuro.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Engenheiro.

O Sr. Eng.º Francisco José Cardoso dos Reis: — Reafirmando aquilo que disse no princípio não faço quaisquer juízos de valor sobre quem me antecedeu. Aquilo que consigo dizer é que o nosso comportamento na administração que integrámos foi um comportamento prudente, conservador e é a nossa forma de estar na gestão. Portanto, não me pronuncio sobre as motivações, nem quero tirar conclusões, que não sei se são verdadeiras ou falsas, sobre opções que foram tomadas. A nossa

postura foi esta, está documentalmente, como eu disse no início, evidenciada na empresa e não posso dizer mais do que isto, porque estaria a dizer coisas que não devo, que não quero e não é a minha forma de estar na vida!

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a Cecília Meireles (CDS-PP): — Muito bem, não vou insistir, porque já percebi que não deseja responder à pergunta.

No entanto, eu queria que ficasse claro que não quero que faça um juízo de valor sobre gestões alheias. Aquilo que para nós é importante perceber é porque é que isto aconteceu, porque é um pouco estranho... Se as condições fossem todas equivalentes é um pouco estranho que variadíssimas equipas de gestão, aliás, espalhadas ao longo do País, tenham decidido, de repente, começar a contratar instrumentos muitíssimo mais arriscados quando tinham à sua disposição instrumentos muitíssimo menos arriscados!... Há de haver uma razão qualquer com um mínimo de lógica para isso, e é só isso que nós estamos a tentar entender.

Uma outra questão que tem a ver com isto e que é conexas: já foi dito nestas audições que havia uma grande pressão dos bancos para que, quando se negociavam empréstimos e se ia procurar financiamento junto dos bancos, para que houvesse anuência a esse financiamento, para que houvesse um empréstimo, o banco exigia que houvesse também a compra de um *swap*, designadamente de um *swap* com um risco considerável. O que eu perguntava é se isso aconteceu no seu mandato no caso da Metro de Lisboa ou não.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Engenheiro.

O Sr. Eng.º Francisco José Cardoso dos Reis: — Vou voltar à anterior questão e vou ser muito — isto eu posso dizer... As decisões de gestão, obviamente, têm que se tomadas no contexto e na altura próprias.

No momento em que estivemos no Metropolitano de Lisboa a opção estratégica foi aquela que tomámos e que considerámos a mais adequada.

A Sr.ª Deputada com certeza sabe que fui Presidente da REFER desde 2000/2002 e não fiz nenhum *swap*.

Portanto, isto só quer dizer que é no contexto, na altura, de acordo com as necessidades da empresa, com os circunstancialismos que existem e com as pressões que temos — digo isto para que se perceba, não é?...

Quer dizer: podemos estar numa empresa e fazer uma coisa e noutra termos necessidade de fazer de uma forma diferente, porque as circunstâncias nos obrigaram a tal, daí eu não querer entrar na bondade ou na não bondade de, não é?...

Portanto, eu não queria dizer que o Dr. Joaquim Reis fez mal ou fez bem; ele fez aquilo que na altura, enquanto Presidente do Conselho de Administração do Metropolitano de Lisboa, considerou mais adequado na defesa da empresa, com certeza.

Quanto à outra questão, pedia para ser o Dr. Luís Ribeiro a responder.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Dr. Luís Ribeiro.

O Sr. Dr. Luís Ribeiro: — Sr. Presidente, Sr.ª Deputada, perguntou-me se houve bancos que condicionaram a concessão de financiamento à contratação de contratos *swap*.

Sim, houve casos. Um deles que já foi aqui referido é o caso de um

banco que apresentou uma proposta de financiamento ligado a um índice proprietário. Devo dizer que na altura em que exercemos funções as propostas de financiamento não abundavam, portanto, não fomos muitas vezes confrontados nem com propostas de financiamento, nem com propostas de financiamento com *swaps* acoplados, digamos assim. Mas houve situações dessas e, como já tive oportunidade de explicar, na nossa perspetiva e face à raridade dessas oportunidades, a nossa posição foi a de sermos totalmente transparentes com a tutela, dizendo: «Existe esta possibilidade de financiamento, tem estas condições; nós não temos capacidade de autofinanciamento do total da operação e do passivo, e, portanto, os senhores têm que fazer uma avaliação sobre se é oportuno ou não a empresa contratar isto face às alternativas que têm, nomeadamente o financiamento através do Orçamento do Estado.» Naquele caso específico, a opção foi negativa e, portanto, o financiamento acabou por vir do Orçamento do Estado.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a Cecília Meireles (CDS-PP): — Esse dado é importante, porque o que pergunto é o seguinte: numa empresa com a estrutura que tem a Metro de Lisboa só há duas hipóteses em cima da mesa: ou o financiamento vem do Orçamento do Estado ou o financiamento vem da banca, porque não é possível que a empresa na sua operação se financie a si própria, aos seus encargos financeiros e a eventuais novos investimentos. É isso, não é?

O Sr. Presidente: — Queira continuar, Sr. Dr. Luís Ribeiro.

O Sr. Dr. Luís Ribeiro: — Passou a financiar a sua operação, passou a ser autossustentável no nosso mandato. Acho que essa é uma questão importante para referir, mas nos níveis necessários para garantir o serviço da dívida e a conclusão do plano de investimentos claramente que não — uma das outras fontes é essencial.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a Cecília Meireles (CDS-PP): — Muito obrigada.

Posso, então, concluir que esse facto dá um grande poder negocial aos bancos com quem contactam, porque eles sabem que para a empresa continuar a sobreviver não tem alternativa senão recorrer ao financiamento ou, neste caso, ao Orçamento do Estado?

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Dr. Luís Ribeiro.

O Sr. Dr. Luís Ribeiro: — Sim, é isso.

O Sr. Presidente: — Queira continuar, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a Cecília Meireles (CDS-PP): — Concluía apenas colocando uma questão, que, aliás, já tenho colocado.

Tem havido cancelamentos, como creio que saberão, mas em todo o caso pelo menos de parte destes contratos, com descontos significativos, o que se traduz no facto de as perdas potenciais, que são basicamente a avaliação dos *cash-flows* futuros atualizados a hoje, que são perdas potenciais, têm sido transformados em perdas reais com um desconto significativo.

E, obviamente, essa opção tem sido posta em causa e muitas — já, aqui, alguns gestores de algumas empresas o têm dito —, ... neste momento, as perspetivas são muito más, dever-se-ia ter esperado, esperava-se que a taxa de juro voltasse a subir e então resolvia-se o problema ou tentava-se resolver o problema.

Aquilo que já tenho perguntado, e gostava também de vos perguntar, olhando para o tal gráfico onde se denota que a evolução do *mark-to-market* tem sido sempre em queda, e olhando também para aquilo que já disseram sobre — creio foi essa a expressão que utilizaram — «convexidade negativa», ou seja, que quando se perde perde-se mais do que quando se ganha (isto é, os lados não estão, digamos assim, equilibrados). Isto significa, do meu ponto de vista, que se a taxa de juro voltar a subir ganha-se menos do que o que se perde se a taxa de juro continuar baixa.

O que eu pergunto é se estão em condições de garantir que, se esperarmos mais seis meses ou um ano, a taxa de juro vai subir e que se perde menos do que o que se perdeu agora.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Dr. Luís Ribeiro.

O Sr. Dr. Luís Ribeiro: — Não, não estamos em condições de garantir isso, nem ninguém está, acho eu.

Existem expectativas no mercado, mas muitas vezes essas expectativas não se concretizam. Se isto fosse um mundo perfeito não precisávamos de *swaps* porque de cada vez sabíamos exatamente quais eram os níveis futuros das taxas de juro.

O Sr. Presidente: — Vamos agora passar ao Sr. Deputado Paulo Sá.

O Sr. Paulo Sá (PCP): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Começo por cumprimentar o Sr. Eng.º Francisco José Cardoso dos Reis, assim como o Sr. Dr. Luís Ribeiro.

Esta é a quarta audição relativa ao Metropolitano de Lisboa; tivemos aqui os três administradores que o antecederam no cargo e o primeiro desses administradores, o do período de 2000 a 2003, relatou-nos aqui — e a documentação de que dispomos não o desmente — que nessa altura o Metropolitano de Lisboa tinha uma estratégia muito conservadora — as palavras são minhas, não são dele —, que se traduzia em não contratar *swaps* de elevada complexidade e risco, só *swaps* simples, que podiam ter perdas mas sempre de montantes moderados, e mediante a evolução do mercado.

A seguir tivemos outras duas administrações, as dos períodos seguintes, que vos antecederam, e nessas administrações houve uma mudança de estratégia relativamente à estratégia original.

Na administração de 2003 a 2006, não só foram contratados *swaps* de elevada complexidade e risco, como também os *swaps* simples que vinham de trás, contratados pela administração de 2000/2003 foram reestruturados, tornando-se em *swaps* complexos. Enquanto os simples tinham perdas potenciais moderadas, os simples que foram reestruturados em complexos tinham perdas avultadíssimas, na ordem dos 300 milhões de euros.

A administração seguinte, de 2006 a 2010, parece ter continuado esta estratégia de apostar na contratação de *swaps* de elevada complexidade e risco e as perdas potenciais associadas a alguns dos *swaps* contratados nesse período são elevadíssimas — tive hoje de manhã oportunidade de ao seu antecessor referir dois exemplos: um em que as perdas potenciais eram

da ordem dos 200 milhões de euros, a 31 de dezembro de 2012, e outro com perdas potenciais de 390 milhões de euros (em números redondos) também nessa data.

Portanto, chegámos então ao período em que toma posse e afirmou aqui que não contratou qualquer *swap* durante o seu mandato e procurou reestruturar os que existiam de forma a simplificá-los, retirando-lhes complexidade e risco. Isto parece indicar uma mudança de estratégia.

A primeira pergunta que lhe quero colocar tem a ver com uma frase que disse logo na sua intervenção inicial, que diz que encontrou, quando chegou ao Metropolitano do Porto, desculpem de Lisboa... Estou com o Metro do Porto na cabeça..., é uma imagem fixa que eu tenho e que tem a ver com o facto de estar a imaginar o Dr. Marco António Costa a levantar o braço e a aprovar *swaps* especulativos... e não me sai essa imagem da cabeça!...

Risos.

... e constantemente volto a referir Metro do Porto quando deveria dizer Metro de Lisboa..., mas adiante!

Quando encontrou uma carteira de 75 contratos *swap* — e diz aqui sobre essa carteira «complexa e com significativo nível de risco embutido nos contratos»... E a seguir afirma que «foi efetuada uma caracterização sistemática de cada uma das operações e do seu comportamento enquanto conjunto».

E a minha primeira pergunta é se esta «caracterização sistemática» se traduziu nalgum documento.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Dr. Luís Ribeiro.

O Sr. Dr. Luís Ribeiro: — Sim, no documento que foi distribuído na avaliação que a Morgan Stanley fez do *portfolio*.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. Paulo Sá (PCP): — Portanto, esse relatório estaria disponível e foi entregue aqui. Nós temos o documento, mas poderia de forma sucinta caracterizar os *swaps* e a carteira de *swaps* que encontrou quando chegou ao Metropolitano de Lisboa?

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Dr. Luís Ribeiro.

O Sr. Dr. Luís Ribeiro: — Eu acho que o próprio documento da intervenção inicial já o faz de uma forma sucinta... Eram 75 operações, uma parte, digamos 1/5 com índices proprietários..., havia algumas operações — os chamados *over-laysing*, em que uma operação incidia sobre parte de outras já existentes — e havia uma grande diversidade de indexantes, alguns relacionados diretamente com o comportamento da dívida da empresa, outros nem tanto. Sucintamente era essa a caracterização das operações, cada uma por si.

Em termos globais o que existia, de facto, era aquilo que eu já tive a oportunidade de chamar — e a designação não é minha, é da própria Morgan Stanley — uma «convexidade negativa». Portanto, o que acontecia era que o *portfolio* para movimentos simétricos das taxas de juro perdia mais no movimento de redução das taxas de juro do que aquilo que ganhava no movimento de crescimento das taxas de juro. E havia uma elevada sensibilidade de um conjunto restrito de operações a determinados

níveis de taxas de juro — o mais relevante dos quais os famosos 2%, que se quebrados em algumas operações desencadeavam o efeito de «bola de neve», digamos assim, sobre as operações, e que quando nós chegámos ao Metropolitano de Lisboa já estava quebrado.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Sá.

O Sr. Paulo Sá (PCP): — Mas o Sr. Eng.º Cardoso dos Reis, na sua intervenção inicial, também disse que atuou no sentido da redução do risco. Presume-se, então, que consideravam que o risco era excessivo, porque se considerassem normal, adequado, não teriam atuado...

Portanto, podemos considerar que a carteira do Metro de Lisboa continha riscos excessivos, nomeadamente, que ultrapassagem do patamar dos 2% podia levar a crescimento exponencial das taxas de juro?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Engenheiro.

O Sr. Eng.º Francisco José Cardoso dos Reis: — Tal como foi dito, de forma contextualizada, à data em que nós tomámos posse como administração do Metropolitano de Lisboa havia risco efetivo e nós atuámos no sentido de minimizar esse risco.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado Paulo Sá.

O Sr. Paulo Sá (PCP): — A minha pergunta não foi exatamente essa...! Obviamente, nós sabemos que havia risco e que diminuíram o risco, mas a pergunta não é essa. A pergunta é se consideravam o risco excessivo, porque se o considerassem normal, adequado, aceitável não

teriam intervindo!... Deixariam o risco estar como estava porque era aceitável!

Portanto, a minha pergunta é: tendo feito uma intervenção decisiva, como afirmou aqui, no sentido de diminuir o risco, era porque considerava que e o risco associado se não a todas as operações, pelo menos a muitas operações era excessivo e havia que reduzi-lo para reduzir a exposição que a empresa tinha à flutuação das taxas de juro.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Engenheiro.

O Sr. Eng.º Francisco José Cardoso dos Reis: — Sr. Deputado, de acordo com o gráfico que lhe foi entregue a evolução é no sentido de agravar cada vez mais o risco potencial negativo da empresa. Portanto, aquilo que nós tínhamos de fazer era diminuir esse risco porque esse risco era maior, estava a crescer. Portanto, é um risco que não é reduzido! E nós tivemos de reduzi-lo e fizemo-lo!

Tal como para medir o grau de humidade, olhando as várias cores..., eu tenho alguma dificuldade em dizer se estou numa graduação amarela, castanho ou vermelha... Mas aquilo que digo é que o risco que nós encontramos não o queríamos ter e como não o queríamos ter tomámos iniciativas para baixá-lo!

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado Paulo Sá.

O Sr. Paulo Sá (PCP): — Pela sua exposição inicial e pelo que tem afirmado considera, por exemplo, que um *swap* em que o patamar dos 2% é ultrapassado negativamente, portanto, descendo abaixo dos 2%, e que isso implica ao longo dos anos subidas constantes de taxas de juro que podem

atingir 30, 40, 50%, é inaceitável do ponto de vista da sustentabilidade da empresa e, portanto, tentou reduzir e eliminar este risco.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Eng.º Cardoso dos Reis.

O Sr. Eng.º Francisco José Cardoso dos Reis: — Essa caracterização existe no estudo da Morgan Stanley a que vai ter acesso e há indicações no sentido de, em relação a determinado tipo de instrumentos de gestão de risco, haver uma atuação prioritária para resolver essa situação, que era bastante negativa para a empresa.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Sá.

O Sr. Paulo Sá (PCP): — O tempo escasseia e eu passo já a outra questão.

Tive oportunidade de, hoje de manhã, confrontar o seu antecessor com contratos *swap* em que no período inicial, por exemplo, 4 anos, 3 anos, até 2010, os dois exemplos que dei, a taxa era fixa (2%) e que, face às condições de mercado, até era vantajosa para a Metro de Lisboa, mas, a partir de 2010, essa taxa fixa era acrescida de um *spread* que dependia de variáveis que na Metro de Lisboa e que nos casos concretos atingiram valores muito elevados.

Olhando também para o gráfico que distribuiu, vemos que no período de 2008 a 2010 o valor de mercado negativo oscila — desce, sobe, mas mantém-se num valor mais ou menos constante —, mas depois começa a diminuir. Será isto efeito dessa estratégia da administração anterior: contratar *swaps* com ganhos garantidos ou perdas controladas até 2010 e depois, de 2010 em diante, não havia nenhum controlo e as taxas

podiam disparar como na realidade dispararam e os valores de mercado, nalguns casos, ascendiam a centenas de milhões de euros para *swaps* isolados?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Eng.º Cardoso dos Reis.

O Sr. Eng.º Francisco José Cardoso dos Reis: — Eu estive a ouvir hoje de manhã, obviamente... — o profissionalismo também se vê por isso..., preparamo-nos antes —, a explicação que foi dada pelo meu antecessor e percebi e não queria, como disse no início, fazer qualquer juízo de valor sobre a matéria.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Sá.

O Sr. Paulo Sá (PCP): — Eu não lhe pedi um juízo de valor sobre o seu antecessor; apenas lhe estou a pedir — e essa é uma questão pertinente — que analise o impacto desses *swaps* que tinham ganhos garantidos ou perdas contidas até 2010 e que depois disparavam na curva que apresentou aqui, a esta Comissão. Houve algum impacto? Será que esta descida acentuada ou este aumento acentuado do valor de mercado é o resultado de esses *swaps* passarem a ter taxas exorbitantes, inaceitáveis?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Dr. Luís Ribeiro.

O Sr. Dr. Luís Ribeiro: — Eu atribuo essa degradação progressiva do *mark-to-market* à evolução das taxas *forwards*, ou seja, à medida que o mercado espera que as taxas permaneçam abaixo dos 2% por um período

cada vez mais longo, assim o *mark-to-market* daqueles instrumentos derivados de que falou se torna progressivamente mais negativo.

É claro que haverá efeitos combinados de todos os contratos que estavam «vivos» na altura, mas o efeito principal que aí está é exatamente a progressiva expectativa do mercado de que as taxas iam ficar abaixo dos 2% por períodos cada vez mais longos, o que, no caso dessas operações de que fala, significa estar abaixo dos 2% durante toda a vida da operação e nunca voltar acima da barreira o que poderia fazer recuperar algum valor.

Essencialmente é esse o movimento que aí está.

Há muitas outras explicações..., do comportamento agregado das operações individuais, mas o impacto fundamental que aqui está é esse.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Sá.

O Sr. Paulo Sá (PCP): — Como ouviram a audição de manhã terão facilidade em responder à seguinte pergunta: foi contratado um *snowball* com o Santander em 2006, que foi reestruturado em 2007. O contrato inicial tinha algum travão ao crescimento da taxa, ao fim de cada três anos ela voltava a zero, independentemente do valor que anteriormente pudesse ter atingido, em 2013, 16 e 19, voltava a zero e depois continuava a crescer face às condições do mercado. E este travão que foi eliminado porque com esta reestruturação a taxa não tem este limite superior: cresce, cresce, se as condições de mercado se mantiverem, até à maturidade em 2022. Conhecem com certeza este *swap*. Que medidas tomaram para alterar esta situação?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Eng.º Cardoso dos Reis.

O Sr. Eng.º Francisco José Cardoso dos Reis: — Se não me engano, esse é um *swap* do Santander,...

O Sr. Paulo Sá (PCP): — Exatamente!

O Sr. Eng.º Francisco José Cardoso dos Reis: — ... que não conseguimos sequer negociar.

Elaborámos um plano de atuação relativamente ao Santander que, se não me engano, concluímos imediatamente antes do despacho do Dr. Costa Pina e depois, face à saída do despacho, não tomámos qualquer iniciativa, porque já não nos cabia a nós, já passava para outras mãos a condução do processo.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Sá.

O Sr. Paulo Sá (PCP): — Muito bem.

Passo, então, a outra questão. A Sr.^a Ministra das Finanças informou esta Comissão de que aquando da sua tomada de posse enquanto Secretária de Estado, em junho de 2011, não tinha disponível informação suficiente sobre os *swaps* que lhe permitisse tomar uma decisão global e de conjunto para as empresas que os tinham contratado, e que precisava de documentação adicional, nomeadamente os contratos, as fichas técnicas, outros elementos de suporte de análise e que esse processo demorou um determinado tempo. Portanto, a pergunta que lhes coloco é se até agosto de 2012, período em que estiveram à frente da Metro de Lisboa, este pedido pela tutela, diretamente, ou através do IGCP/DGTF foi feito à Metro de Lisboa. Em caso afirmativo, se podem entregar-nos esta documentação e se entregaram quando disponibilizaram essa informação.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Eng.º Cardoso dos Reis.

O Sr. Eng.º Francisco José Cardoso dos Reis: — Foi pedida informação, penso, ainda no tempo do Dr. Pedro Felício. Creio que ele saiu de Diretor-Geral do Tesouro em agosto de 2011, mas continuámos a dar sistematicamente informação. E o Metropolitano não demora muito tempo a dar informação, é uma empresa que se caracteriza por rapidez na transmissão de informação que lhe é pedida. Portanto, toda a informação que foi pedida foi dada e em tempo — creio que não estarei a cometer qualquer incorreção ao fazer esta afirmação, quer dizer, sempre que era pedida, toda a informação era transmitida e havia uma obrigatoriedade de reporte periódica, detalhada, que a Metro de Lisboa cumpriu sempre com todo o rigor!

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, vamos agora passar à segunda ronda.

Para o efeito dou agora a palavra à Sr.ª Deputada Mariana Mortágua.

A Sr.ª Mariana Mortágua (BE): — Muito obrigada, Sr. Presidente.

Houve um assunto que foi aqui referido ao início e que já tinha sido referido — e se esteve a assistir... — pelo seu antecessor e que tem a ver com a forma de financiamento às empresas públicas, especificamente às empresas de transportes e, em particular, à Metro de Lisboa, e à forma como os sucessivos Governos entregaram estas empresas à banca e à dependência do crédito por falta de financiamento, e, portanto, à forma como os pedidos de empréstimo à banca se tornaram uma estratégia das empresas públicas de que os Governos tinham conhecimento porque

estavam a suborçamentar e a subfinanciar as empresas públicas, quer a nível operacional e de gestão corrente quer a nível dos investimentos que eram aprovados. Eu gostaria de um comentário seu em relação a isso.

Uma segunda conclusão tem a ver com o conhecimento da tutela relativamente a estas matérias. Penso que ficou muito claro que os vários Governos foram sabendo de forma pontual de problemas com os contratos *swap*, foram sabendo que estes contratos eram problemáticos e ficou também muito claro que a então secretária de Estado, a partir de junho de 2011, tinha conhecimento desta matéria, até porque a Secretaria de Estado e a tutela reuniram com o Metropolitano de Lisboa sobre problemas com *swaps*, inclusive relacionados com *rating triggers* e, portanto, não estamos a falar de reportes normais, mas estamos a falar de reporte de operações em concreto. Portanto, ela tinha conhecimento da complexidade e dos problemas destas operações.

Referiu há pouco na sua resposta que, depois do despacho de 2009, o *dossier* Santander, que era um *dossier* complexo, «passou para outras mãos». Eu gostaria de perguntar-lhe especificamente se este «passou para outras mãos» é literal, ou seja, se este *dossier* Santander, por ser um caso específico e complexo, foi entregue ou foi mencionado em específico à tutela. Se o foi em algum momento, quando foi? Ou alguma vez houve uma pergunta, uma aproximação, um pedido de esclarecimento relativamente à situação Santander?

Uma terceira pergunta tem a ver com a carteira de derivados do Metropolitano de Lisboa. Há aqui vários fatores de risco (a estrutura dos derivados, o facto de serem *snowball*...); há também uma série de opções que tornam estes derivados mais complexos, além dos *rating triggers* há várias opções que permitem o encerramento antecipado dos contratos que dizem respeito à privatização: se estas empresas deixarem de ser públicas e

passarem a ser privadas, os bancos têm o direito de acionar estas cláusulas e de requerer o valor de mercado no momento.

Eu gostaria de saber se este era um problema no Metropolitano de Lisboa, se havia cláusulas que davam ao banco o poder de encerrar contratos e de receber o pagamento do valor de mercado caso a empresa fosse privatizada.

Por último — e mesmo para terminar —, disse aqui que esteve na REFER e que não contratou nenhum *swap*; disse também que, enquanto esteve à frente da Metro de Lisboa, teve uma atitude conservadora; e eu não posso deixar de notar que, enquanto esteve à frente da CP, houve vários contratos assinados, vários deles muito complexos, nomeadamente com o BES, de onde vêm largas perdas, mas que tem contratos com *spreads* condicionais com fator de memória, embora tenham um limite máximo ao prejuízo, há *swaps* com BNP Paribas que também estão indexados a índices de propriedade que eu não sei o que são (BP tauris)..., com o Barclays eu consegui ver o que era, mas para este não há sequer informação..., não sei o que são... Portanto, eu queria só perceber se esta mudança de *swaps*, que podem ser muito complexos na CP, para uma estratégia conservadora agora na Metro de Lisboa tem a ver com o facto de ter reconhecido que estes *swaps* com esta complexidade não são instrumentos adequados à gestão de empresas públicas.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Eng.º Cardoso dos Reis.

O Sr. Eng.º Francisco José Cardoso dos Reis: — Vou responder à primeira e à última perguntas.

Relativamente à questão do financiamento das empresas públicas, é evidente que, não havendo financiamento através do PIDDAC, só há a

alternativa de recorrer ao financiamento da banca para aquilo que não tem participação de fundos comunitários. Portanto, não há outra alternativa.

E a generalidade das empresas públicas que com forte investimento, quer ao nível das infraestruturas quer ao nível da operação, nomeadamente para a compra de material circulante, utilizaram mecanismos de financiamento junto da banca. Portanto, este é um caminho que vem desde há dezenas de anos! Não é de agora, nos anos 80 já era assim... Recordo-me do PRF (dos anos 80), do Plano de Modernização Ferroviária (aprovado pelo Professor Cavaco Silva, quando era Primeiro-Ministro), recordo-me da venda das ações da EDP para reestruturar a dívida da CP (em 2000)...! Portanto, é uma «história» muito longa que tem a ver com opções sufragadas sistematicamente e seguidas pelos vários Governos.

Relativamente à questão que colocou REFER/CP/Metropolitano de Lisboa, quero também dizer-lhe o seguinte: há efetivamente um *swap* na CP (e vou ser rápido porque não estou aqui por causa da CP) mais complicado e complicado não porque seja complexo, mas porque se protegeu subida de taxa de juro e descida de taxa de juro, e tem um *conditional spread* que é elevado. E é elevado por uma razão que é facilmente explicável: porque era associado a um financiamento amortizável, tinha um período inicial de taxa fixa de 2,5%, que evoluía depois para 3,5%, e a expectativa que existia era a de jamais se atingir quer o teto quer o *floor* que estavam estabelecidos. Portanto, não é especulativo, não é tóxico — houve uma alteração radical de circunstâncias que levou a que ele corresse mal! Não vou dizer como é que eu acho que se devia de resolver o assunto, porque não estamos cá para isso, mas posso dizer-lhe que houve nove tentativas de reestruturação e todas elas foram piores do que aquilo que existia. Portanto, na defesa do interesse público rejeitámos continuar no caminho da reestruturação.

Relativamente aos outros de que falou, há um que tem um índice proprietário e esse índice proprietário foi aceite após parecer da direcção financeira do consultor externo porque estava associado a um financiamento e era obrigatório ter esse *swap* e só por isso é que foi aceite. Portanto, o meu posicionamento conservador e de defesa do interesse público manifestou-se sempre em qualquer empresa em que estive. E não há mais nenhum! Depois pode inventar-se... Por exemplo, o do Paribas: eu adormeci no dia 25 de abril com a CP que não era uma empresa especulativa, ou que não tinha produtos especulativos, e acordei no dia 26 com a saída da Águas de Portugal e com a entrada da CP... Peço-vos que tentem perceber porque é que isso aconteceu... Eu nada mais digo sobre o assunto...!

Quanto às outras duas questões peço ao Sr. Dr. Luís Ribeiro que responda.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Dr. Luís Ribeiro.

O Sr. Dr. Luís Ribeiro: — Eu, naturalmente com a reserva de nunca ter tido responsabilidades de gestão na CP e, portanto, de sobre estes assuntos... Acho que estão esclarecidos e não me posso manifestar.

Relativamente aos reportes à tutela, designadamente sobre reuniões com a Secretaria de Estado, houve uma reunião com a DGTF até 2011; durante todo o ano de 2011 houve uma reunião com a DGTF, não com a Secretaria de Estado, e depois um envolvimento do IGCP. Nunca houve um envolvimento direto da Secretaria de Estado nesse ano.

Houve, de facto, o fornecimento de elementos à tutela, sempre que solicitado. Esse tipo de informação começou a ser fornecido ainda antes do despacho do Dr. Carlos Costa Pina, primeiro ainda uns quadros-resumo,

que acho que já foram vistos pela Comissão e, mais tarde, toda a documentação já bastante mais «pesada» relativamente a todas as *confirmations*, os ISDA's, etc., que é uma documentação mais volumosa e mais difícil de analisar, porque não está condensada.

Relativamente ao *dossier* Santander, o «mudar de mãos» aqui não será de uma forma literal..., ou seja, se relativamente aos *swaps* que foram identificados no estudo da Morgan Stanley como os que mais risco encerravam no *portfolio* e que, como poderão ver, tiveram uma análise individualizada alguns eram do Santander, havia salvo erro dois do Barclays, ou um do Barclays e outro de um outro que não vos sei dizer... Sobre os outros dois foi possível chegar a um acordo com o banco para a sua reestruturação, mas relativamente ao Santander não foi.

E não foi porque as propostas de reestruturação que tínhamos, sinceramente, achávamos que não faziam sentido e que em vez de reduzirem o risco, o que estavam a fazer era a dispersar o risco por mais anos.

Portanto, não foi possível chegar a um entendimento com o Santander e não foi prosseguida essa negociação – aliás, suponho que ainda hoje se está a tentar chegar a acordo com o Santander — e foi o único banco com que não foi possível chegar a acordo.

O Sr. Presidente: — Tem agora a palavra o Sr. Deputado Afonso Oliveira.

O Sr. Afonso Oliveira (PSD): — Esta é uma matéria da maior importância, porque estamos a falar de uma empresa que tem cerca de metade das perdas potenciais identificadas, quase metade (1,4 mil milhões de euros) e estamos a falar de um processo muito problemático.

Durante estes dois dias estivemos a ouvir as várias administrações — quatro administrações, quatro ex-presidentes de empresas públicas estiveram aqui, nesta Comissão — e verificámos claramente que a gestão e a forma como se atua sobre a gestão — foi isso que ficou claro durante estas audições — influenciam o tipo de decisões que se tomam e a assunção de riscos por parte da empresa depende da forma e da estratégia como se atua sobre essa empresa. Portanto, isso ficou claro ontem, na primeira audição em que ouvimos o presidente Dr. Manuel Frasquilho, que, numa atitude conservadora, não fez contratos problemáticos; a seguir houve uma atuação completamente diferente por parte da empresa; na administração seguinte uma nova atuação também com essa componente mais problemática; e a verdade é que chegámos a uma situação em que a empresa tem 1,4 mil milhões de euros de problemas!

Perante esta situação este Governo, quando assumiu funções, tomou a decisão de atuar sobre este problema e a pergunta que eu lhe faço é a de saber se considera que o facto de o Governo ter decidido que o IGCP a partir de agora terá uma atuação única sobre estes processos, ou seja, terá de dar o parecer prévio e tomar uma decisão prévia sobre estes processos é ou não é fundamental para que os contratos se façam?

Termino com uma outra questão que já há bocado levantei na fase inicial e que tem a ver com a forma como o Sr. Engenheiro aqui, nesta Comissão, apresentou o trabalho desenvolvido por parte da empresa. Demonstrou claramente que quando chegou à empresa em junho de 2010 identificou claramente uma série de problemas e apresentou-os ao Governo, numa reunião que aconteceu no Ministério das Finanças, em que envolveu a Morgan Stanley e identificou uma série de problemas.

E a verdade é que, durante e após esse período, o que fica claro nesta audição — e ao longo deste período temos verificado isso também — é que

não houve nenhuma atuação em que se perceba que o Governo tivesse identificado profundamente um problema que estava ali a crescer, que tinha um potencial de crescimento, portanto, não atuou sobre uma questão que estava a desenvolver-se. Estamos a falar de agosto de 2010, depois (em dezembro de 2010) com a reunião que aconteceu, mas também em novembro/dezembro de 2008 quando o IGF também identifica alguma questão com os *swaps*... Ou seja: há aqui claramente uma atuação que não existe por parte do Governo, mas que existe por parte da empresa.

A pergunta que lhe faço, e que também já lhe fiz, tem a ver com esta questão do IGCP...

Não, fico-me por aqui, Sr. Presidente. Obrigado.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Eng.º Cardoso dos Reis.

O Sr. Eng.º Francisco José Cardoso dos Reis: — Como podem detetar pela leitura do estudo da Morgan Stanley, que foi presente à tutela financeira no final de 2010, é preconizado o envolvimento do IGCP na abordagem a esta matéria dos derivados.

Portanto, acho que respondi à questão que colocou, quer dizer, nós apresentámos aquele estudo com a Morgan Stanley e houve recetividade por parte da tutela financeira relativamente àquilo que foi proposto, inclusivamente eu admito que a tutela financeira terá concluído também que aquele era o caminho que devia ser seguido.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra agora a Sr.ª Deputada Ana Catarina Mendonça.

A Sr.^a Ana Catarina Mendonça (PS): — Muito obrigada, Sr. Presidente.

Quero cumprimentar também os nossos convidados nesta Comissão.

Creio que desta tarde de audições importa clarificar dois pontos que me parecem essenciais, o primeiro dos quais – e tenho dito isto recorrentemente e volto a dizê-lo hoje – é este: uma coisa é a tutela ter conhecimento da situação financeira e das operações financeiras das várias empresas públicas, outra coisa é haver autorização prévia e, designadamente, à contratação de *swaps*. Portanto, a primeira questão a clarificar é a de saber se a tutela tinha ou não de autorizar, se autorizou ou não alguma vez, a contratação de *swaps*.

A segunda questão que eu gostava de colocar é também neste âmbito. Foi já aqui falada esta tarde – e eu permitia-me ler um excerto – a carta datada de abril de 2011, da Metro de Lisboa à tutela, dando conta de várias operações financeiras a desencadear, mas que termina dizendo: «sem recorrer ao apoio extraordinário do acionista.».

A minha pergunta muito concreta sobre isto – e para que fique claro para esta Comissão – é se a Metro de Lisboa veio depois (sim ou não?) pedir este apoio extraordinário ou se, pelo contrário – estamos a falar de uma carta de abril de 2011 –, aguardaram que houvesse uma solução governamental já com o atual Governo.

E com esta questão entro no segundo ponto que eu acho que tem de ser aqui também melhor clarificado – se me permite, Sr. Engenheiro.

Foi dito aqui, na Comissão, pelo Dr. Pedro Felício, que em julho de 2011 entregou um ficheiro com informação detalhada sobre a situação dos *swaps* em várias empresas públicas. A Sr.^a Ministra das Finanças considerou que esta não era um quadro suficientemente completo para ter a informação. Ora, a pergunta que lhes queria colocar é a de saber que

informação foi pedida por parte do atual Governo, em particular pela Sr.^a Secretária de Estado das Finanças, hoje Ministra das Finanças, sobre a situação concreta dos *swaps* na Metro de Lisboa e a partir de que data – se é que houve alguma vez – a tutela se preocupou em chamar o presidente do Conselho de Administração, ou o diretor financeiro, ou reunir com o Conselho de Administração para, em conjunto e face à situação que estava a ser descrita — se é que algum dia foi descrita diretamente por solicitação da então Sr.^a Secretária de Estado, que estratégia foi desenhada com a Metro de Lisboa para resolver estes problemas?

É porque ficou já dito aqui, em várias audições e hoje também – e eu não peço um comentário específico –, que o momento escolhido para este cancelamento não é, de facto, o melhor; ele é melhor para os bancos, mas é pior para o erário público! A questão que subsiste para esta Comissão de Inquérito e que terá de ser respondida é: que passos foram dados pela atual tutela para, durante dois anos, nada ter feito sobre este ponto?

E é tudo, Sr. Presidente. Muito obrigada.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Eng.º Cardoso dos Reis.

O Sr. Eng.º Francisco José Cardoso dos Reis: — Eu vou responder às questões mais gerais e às questões mais detalhadas o Dr. Luís Ribeiro, que acompanhava diretamente o assunto, poderá dar uma resposta mais esclarecedora aos Srs. Deputados.

Relativamente à autorização para fazer *swaps*, a autorização para fazer *swaps* não existia até determinada data, até ao despacho do Dr. Costa Pina. E a obrigação que existia por parte dos conselhos de administração era a obrigação de informação. Pedíamos autorização para financiamento segundo o despacho do Dr. Costa Pina de junho.

Relativamente a reuniões convocadas pelos Governos, tal como eu disse no início, fomos nós que pedimos sempre as reuniões a qualquer Governo — e não estou a cometer nenhuma incorreção! Fomos sempre nós quem pediu, não foi o Governo que pediu para falar connosco! Portanto, houve sempre uma atitude proactiva da parte do conselho de administração e não o contrário.

Relativamente às questões de detalhe colocadas pela Sr.^a Deputada, o Dr. Luís Ribeiro vai fazer uma explicação mais detalhada.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Dr. Luís Ribeiro.

O Sr. Dr. Luís Ribeiro: — Acho que sobraram duas questões: se o apoio extraordinário se concretizou ou não e qual o nível de informação que foi solicitado mais tarde, já por este Governo.

Relativamente à primeira questão do apoio extraordinário, sim, teve de se concretizar, porque, a partir do meio do primeiro semestre de 2011, o mercado fechou-se completamente para as empresas públicas com estas características e, portanto, não havia outra forma de obter financiamento que não via Orçamento do Estado ou o que nós chamamos «uma intervenção extraordinária do acionista» no sentido em que não estava previsto que o mercado se degradasse daquela forma e não havia uma previsão orçamental para que o acionista fornecesse fundos ao Metro e nessa altura foi preciso... Algures em abril nós ainda tínhamos a perspetiva de que se podia aguentar, mas pouco tempo depois tivemos de começar a recorrer a empréstimos do Tesouro primeiro de curto prazo e depois de mais longo prazo... Não sei precisar se o primeiro apoio foi com o anterior ou com o atual, mas de certeza que grande parte desses empréstimos foi já concedida pelo atual a partir do momento em que se aprovou o Orçamento

retificativo para 2011, porque até aí não havia dotação orçamental para se poder fazer esse apoio.

Relativamente ao nível de informação que mais tarde foi solicitada, devo explicar-vos que uma coisa é a informação regular, que pode ser prestada naqueles quadros que acho que já tiveram oportunidade de ver, portanto, uma descrição sumária e variações de *mark-to-market* sobre operações pontuais, e outra coisa é toda a informação de contratos legais, etc. Essa só foi prestada, salvo erro, já no final de 2011 e aí foi pedida de uma forma mais sistematizada — até lá apenas resumos das operações e foi isso que...

A Sr.^a Ana Catarina Mendonça (PS): — Já no final de 2011? Já com o atual Governo?

O Sr. Dr. Luís Ribeiro: — Já em final de 2011, foi quando... Nós nem prestámos essa informação por *e-mail*, porque eram digitalizações de várias pastas de contratos que foram enviadas para a tutela.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra a Sr.^a Deputada Cecília Meireles.

A Sr.^a Cecília Meireles (CDS-PP): — Sr. Presidente, muito obrigada, mas eu prescindo desta última ronda de perguntas.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Sá.

O Sr. Paulo Sá (PCP): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu irei colocar novamente a questão sobre quando é que o Governo solicitou essa informação, esse *CD* que acabaram de referir agora.

É porque na primeira resposta foram muito vagos... Falaram no Dr. Felício, que terá pedido... Peço-lhes que façam um esforço de memória e que precisem se foi em julho, se foi em agosto, em setembro, em outubro de 2011, porque é uma informação que considero relevante.

A segunda questão que quero colocar tem a ver com a redução dos gastos operacionais que já foi referida nas diversas audições — e na de hoje de manhã também —, portanto, já sabem qual a questão que lhes vou colocar. Olhando para as contas do Metro de Lisboa ao longo dos anos, temos reduções com gastos operacionais que se devem a reduções com pessoal e também com a redução de serviços prestados aos utentes. Por exemplo, em 2012, as reduções com gastos de pessoal foram de 4,5%, enquanto nesse mesmo ano o aumento de encargos com *swaps* foi de 12,8%!...

Por vezes, ouvimos pessoas a defenderem publicamente — e às vezes pessoas até com responsabilidades governamentais — que as empresas públicas, para garantirem a sua sustentabilidade, têm de reduzir o serviço prestado aos utentes e têm de reduzir os gastos com os trabalhadores, porque isso é a única forma de garantirem a sustentabilidade. Mas o que nós observamos nestas audições é que o que põe em causa a sustentabilidade destas empresas, em particular do Metropolitano de Lisboa, é o aumento crescente das despesas financeiras e estes *swaps* que temos estado a discutir, se nos primeiros anos ainda se traduziram em ganhos para a empresa, a partir de certa altura traduziram-se em perdas crescentes — e ainda vamos no princípio porque muitos destes contratos não foram cancelados, estão longe da maturidade e o potencial de perdas é tremendo! Portanto o que põe em risco, ou poria em risco, a sustentabilidade da empresa são exatamente os gastos financeiros e nunca os serviços prestados aos utentes ou os encargos com o pessoal.

E era esta questão que eu gostaria que comentassem, porque muita gente defende esta ideia e exige despedimento dos trabalhadores, redução de serviços porque dizem que é a única forma... E a nós parece-nos que tudo isto indica que não é esse o problema! O problema em particular foram *swaps* contratados ao longo dos anos, muitos que a vossa gestão identificou como particularmente arriscados (com risco elevado) e que até tentaram reestruturar e muitos deles traduzem-se em perdas potenciais de dezenas ou por vezes centenas de milhares de euros e algumas já transformadas em perdas reais. Eu já tive oportunidade de referir que entre março e junho de 2013 a Metro de Lisboa pagou a sete bancos estrangeiros 415 milhões pelo cancelamento de *swaps*! Trata-se, portanto, de uma verba muito avultada que, com certeza, terá um efeito sério na sustentabilidade da empresa. Portanto, era isto que eu vos pedia que comentassem.

E terminei, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Eng.º Cardoso dos Reis.

O Sr. Eng.º Francisco José Cardoso dos Reis: — Eu vou sentar-me mais confortavelmente (*Risos do Orador.*), porque esta é a matéria de que eu gosto..., porque sou um homem de transportes...

Obviamente que a perspetiva que eu tenho na área dos transportes é a de que a sustentabilidade das empresas se alcança servindo bem os passageiros e, sendo uma empresa de transportes, não é por outros mecanismos que não seja o de transportar mais pessoas e ter mais receitas por transportar mais pessoas que se faz uma boa empresa de transportes.

E deixe-me dizer-lhe que a Metro de Lisboa é uma excelente empresa de transportes, a nível europeu e a nível mundial! Muita gente desconhece isto, mas com base em indicadores de 27 metros mundiais, o

Metropolitano de Lisboa é, por exemplo a nível energético, o segundo metro mais eficiente do mundo! Ao nível dos custos operacionais, contrariamente àquilo que se diz, está abaixo da média dos metros estudados a nível mundial – e estou a falar de um estudo que é coordenado pelo Imperial College, não estou a falar de um estudo de alguém que até tem um nome português e de quem nós duvidamos... Estou a falar de um estudo com validade feito por uma entidade universitária britânica que estuda 27 metros mundiais – fundamentalmente, Europa, Ásia, Estados Unidos e América do Sul, portanto, Brasil, Argentina, etc.

Ao nível dos custos de manutenção o Metropolitano de Lisboa está ao nível das boas práticas mundiais. Então, o que é que tem de diferente relativamente aos outros metros? É que foi a partir da nossa entrada que começou a haver alguma seriedade na forma como se calculam as indemnizações compensatórias – até à data em que nós chegamos as indemnizações compensatórias eram atribuídas não sabemos bem com que critérios... Portanto, com indemnizações compensatórias o Metro de Lisboa é um excelente metro!

No período em que nós fomos administração conseguimos atingir um EBITDA positivo, o que dá a ideia do funcionamento da empresa retirado, expurgado da questão financeira. Com a sua atividade operacional o Metro de Lisboa liberta hoje *cash-flow*; tem um problema de dívida histórica, tem um problema que tem de ser resolvido, mas ele liberta dinheiro. E liberta dinheiro porque os seus trabalhadores têm produtividades elevadas. Durante a nossa administração não houve um trabalhador que saísse que não fosse por vontade própria!

A reestruturação da empresa e a chamada «redução de oferta» não tem a ver com redução da oferta nos períodos em que ela é necessária, mas tem a ver com uma adaptação da oferta à procura, ou seja, nos períodos

«mortos» não faz sentido andar com comboios vazios e nos períodos «de ponta» faz sentido andar com mais comboios!

Há uma questão que já agora aproveito para, por curiosidade e como ainda não estou cansado – eventualmente VV. Ex.^{as} já estarão... — esclarecer e que é a problemática da Linha Verde, que tem sido muito maltratada por toda a gente. Não houve diminuição da oferta na Linha Verde! Houve, sim, redução do comprimento dos comboios e houve redução do comprimento dos comboios, porque durante muitos anos se fez uma coisa que não tem lógica nenhuma e que é ter trinta e tal reboques parados nas oficinas durante anos, sem andar, porque na Linha Verde o comprimento máximo de comboios é de quatro carruagens. Então, como os comboios são de três (é uma unidade tripla) retirou-se o reboque e andavam com quatro unidades motoras acopladas. Com a expansão ao Aeroporto e eventualmente com o crescimento da procura, teríamos de comprar comboios. A atitude de gestão normal é repor a realidade, é fazer mais comboios indo buscar os reboques e voltar à unidade tripla: tem comprimentos mais curtos e fazem-se mais comboios por hora no período de ponta. Foi isso que se fez!

Há uma situação que não se consegue resolver: é a situação do Cais do Sodré, que conseguimos minimizar. É porque no grupo de trabalho que foi constituído para analisar as questões das tarifas e da reorganização do serviço de transporte chegou a ser proposto que os barcos da Transtejo saíssem do Terreiro do Paço e se concentrassem todos no Cais do Sodré!... Isso então era a rotura total do sistema! Conseguimos que os barcos não saíssem do Terreiro do Paço e agora vou explicar o Cais do Sodré:

No Cais do Sodré há um comboio do Metropolitano que está à espera dos passageiros que chegam de comboios da CP, que têm sete carruagens, e de barcos que transportam mil pessoas. Ora não há comboio que resista!!...

É impossível resolver este problema! O que é que se pode fazer? Mais comboios por hora. Mas quando chegam um comboio da CP e um barco ao mesmo tempo é impossível resolver este problema. Portanto, aquilo que se contou e andou a contar é uma falácia! A Administração do Metropolitano de Lisboa, nessa vertente, fez aquilo que nunca tinha sido feito: adaptar a oferta à procura, como se faz em qualquer parte de mundo, sem se ultrapassar (nunca!) os indicadores internacionais definidos pela União Internacional dos Transportes Públicos relativamente à ocupação por metro quadrado! E os cálculos são feitos nessa base e a oferta é feita para que esses limites máximos de ocupação não sejam alcançados.

Resumindo e concluindo: os bons resultados do Metropolitano de Lisboa devem-se ao empenho dos seus trabalhadores, à gestão que se fez ao nível da manutenção e da programação da operação, e aos seus clientes.

E já agora dir-lhe-ia o seguinte: o grupo de trabalho constituído para o efeito analisou e produziu matéria que foi interessante, porque permitiu alterar muita coisa que estava há muito tempo para ser alterada..., mas houve coisas que, do meu ponto de vista, não faziam muito sentido... e vou dizer-lhe uma porque está escrita e tomei posição sobre ela, que é a eliminação dos passes monomodais. Fui contrário a que o passe de Metro deixasse de existir! Há justificações para ter um passe que tenha a CP, o Metro, a Carris, toda a gente..., mas o único passe que estava a crescer no Metropolitano de Lisboa era o monomodal e foi esse que foi eliminado...!

Isto para lhe dizer que este Conselho de Administração atingiu os resultados que atingiu porque trabalhou afincadamente, nunca teve uma greve – e é interessante que se diga isto – com o argumento de qualquer coisa que o Conselho de Administração tivesse feito, nunca! Foi sempre por outros motivos! Nunca pela relação que existia dentro da empresa.

Portanto, volto a dizer: o Metropolitano de Lisboa é uma empresa que liberta dinheiro, uma empresa que funciona bem e que durante seis anos seguidos foi considerada a melhor empresa de transportes de Lisboa.

Já agora vou dizer uma curiosidade interessante: há alguns anos foi feito um inquérito a perguntar qual era, na área dos transportes públicos, o modo de transporte cujo ar condicionado era melhor. Sabe qual foi a resposta? O Metropolitano de Lisboa! E sabe que o metropolitano de Lisboa não tem ar condicionado?!... Isto diz da qualidade do transporte e isso é o orgulho que nós temos e sentimo-nos muito gratificados por poder dizer isto, nomeadamente neste espaço.

E agora passaria às partes financeiras que são aquelas que...

O Sr. Paulo Sá (PCP): — *(Por não ter falado ao microfone não é possível registar as palavras do Orador.)*

O Sr. Eng.º Francisco José Cardoso dos Reis: — Não, essa é uma questão que já explicámos...

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Dr. Luís Ribeiro.

O Sr. Dr. Luís Ribeiro: — Relativamente ao esforço de memória acrescido que nos solicitou, a informação esquemática, resumida sobre as operações terá começado a ser fornecida à DGTF entre finais de março e abril. Aliás, toda essa informação foi depois tratada e deu origem ao primeiro relatório da DGTF em que esse assunto surgia tratado.

Sobre a informação mais completa acerca de todos os contratos, etc., terá sido algures entre novembro e dezembro de 2011. É essa a ideia que tenho, mas posso estar enganado. Mas certamente que a empresa terá toda a

documentação, porque esses elementos são sempre fornecidos formalmente.

Relativamente aos gastos operacionais, não sendo um especialista da matéria de transportes, a aritmética neste tipo de coisas não perdoa..., são «contas de somar e de subtrair», portanto os *swaps* têm influência, a atividade operacional da empresa tem influência, todas as reduções de custos contribuem para melhorar o resultado... Certamente aquilo que aqui tem é um *trade-off* entre aquilo que os passageiros estão disponíveis para pagar e aquilo que o Governo está disponível para pagar como indemnização compensatória e os custos que tem.

Dessa lógica aritmética muito simples não conseguimos sair. O resultado financeiro é uma coisa à parte, que tem influências já da dívida histórica e da situação dos contratos que já existia.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, olho à volta e posso admitir que podemos dar os trabalhos por encerrados...

Pausa.

Bom, damos então por encerrada a nossa audição.

Voltaremos a encontrar-nos na próxima semana. Muito obrigado aos nossos interlocutores.

Está encerrada a reunião.

Eram 18 horas e 26 minutos.

A DIVISÃO DE REDAÇÃO E APOIO AUDIOVISUAL